

## **ACTA DA NONA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)**

--- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

-----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Francisco Artur Gomes Gaspar, José Luís Marques Cabrita, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, António Pratas Cardoso, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, Célia Maria Azevedo Reis, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Rogério Mendes Coito, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Paulo Martinho da Costa Cardoso, em substituição de António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, e Dúnia Rosale Viegas da Palma, em substituição de Victor Manuel Marques Damião.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, José Joaquim de Jesus Braz, Isabel Maria Pinto de Almeida, António Maria de Almeida Calado Maia, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, Luís Manuel Leandro da Silva e Pedro Filipe de Oliveira

Soares Malaca.-----

--- Os deputados António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, António José Rodrigues e Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo apresentaram a respectiva justificação de falta. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

**Período «Antes da Ordem do Dia»-----**

**Período da «Ordem do Dia»:-----**

1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----

2 – Apreciação e Votação da Acta da 7ª Sessão da Assembleia da CULT;

3 – Apreciação e Votação das Alterações ao Regimento da Assembleia da CULT;-----

4 – Apreciação da Versão Preliminar do Diagnóstico Estratégico do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo;-----

5 – Apreciação e Votação de Autorização de Subscrição de Capital Social por parte da CULT na Águas do Ribatejo – EIM;-----

6 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações para o Ano de 2007;-----

7 – Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2007;-----

8 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Alteração do Regulamento Interno da CULT;-----

9 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato Individual de Trabalho da CULT;-----

10 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CULT;-----

11 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CULT.-----

-----  
--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à presente sessão, dando as boas vindas aos presentes e apelando à colaboração de todos, devido à extensa agenda, para tentarem fazer o período da ordem do dia no período que está estipulado. Voltou a solicitar aos membros da Assembleia da CULT que ainda não trouxeram as fotografias, para quem pudessem trazê-las. Abriu de seguida as inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Castelo Bento (PS)**, lembrando que na última assembleia foi aprovado por unanimidade uma sugestão à Junta da CULT para reavaliar o concurso sobre higiene e segurança e estranhamente essa deliberação não foi publicada no Edital referente à mesma Assembleia. O senhor deputado lembrou que essa sugestão decorreu do facto da empresa considerada vencedora do concurso ter sido excluída noutras autarquias, por não se encontrar devidamente comprovada a sua capacidade técnica para exercer esse serviço. Para além disso, era uma empresa que não estava autorizada a exercer esse serviço. Segundo o senhor deputado disse saber, a deliberação da Assembleia da CULT não foi tomada em conta e algumas autarquias já celebraram contratos com esta empresa para prestar serviços de higiene e segurança. O senhor deputado disse ter algumas dúvidas se esta situação não se estaria a tipificar uma situação de fraccionamento de despesas, o que é proibido pela lei. Os autarcas podem incorrer numa ilegalidade e em responsabilidades financeiras, ao estarem a fazer contratos parcelares. Para além disso, o valor global do contrato que foi feito com as autarquias poderá tipificar outro tipo de contrato e outro tipo de concurso. Lembrou que a validade do contrato é de 24 meses e não só mensal. O senhor deputado terminou dizendo que considera esta situação de alguma gravidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, para saudar os 30 anos do Poder Local. 30 anos que permitiram o aumento do bem-estar social das populações, 30 anos de convivência democrática, 30 anos de permanente reforço da nossa cidadania, sobretudo com a proximidade entre os eleitos e os eleitores.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Santos Coelho (CDU)**, colocando uma questão que tinha a ver uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Coruche, no dia 15 de Novembro de 2006, sob o título “Águas do Ribatejo”. Esta moção dizia o seguinte: “Considerando que esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade em 25 de Fevereiro de 2005 a transferência das atribuições municipais para a CULT na área dos projectos e obras em redes de saneamento e tratamento de águas residuais. Considerando que das obras previstas para 2004, 2005 e 2006, ETARS e Depósitos de Água entre outras, só a obra do Emissário está em execução. Considerando o atraso que se verifica no arranque das obras previstas na área do saneamento do Concelho. Considerando que deste atraso resultam prejuízos para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria da qualidade de vida da sua população. A Assembleia Municipal de Coruche, reunida em Sessão Ordinária de 15 de Dezembro de 2006, deliberou, por maioria: 1. Manifestar junto da CULT, o descontentamento pela forma como este processo se tem arrastado, frustrando as legítimas expectativas dos Coruchenses; 2. Exigir à Junta da CULT, explicações sobre quais as razões destes atrasos no início das obras previstas. 3. Exigir à CULT, um maior empenho na solução dos problemas que estão na origem dos atrasos, para que, com a maior brevidade possível, se possam iniciar as obras previstas.” O senhor deputado questionou se a Junta tinha conhecimento desta moção e quais os comentários que faria à mesma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, afirmando que tinha que dizer com toda a clareza e frontalidade que os 18 milhões de contos que estão em causa correspondem exactamente àquilo que o senhor Presidente da Câmara de Santarém pretendia

negociar nas costas dos outros municípios, com contrapartidas a receber pela Câmara Municipal de Santarém, que correspondiam a um parque de estacionamento subterrâneo, a um novo edifício para a Câmara Municipal e ao patrocínio do Festival do Alviela, o que corresponde a 15 milhões de Euros. Segundo o senhor Vice-Presidente, o objectivo do PSD é claramente por em causa o projecto Águas do Ribatejo e, com isso, os projectos dos municípios da CULT. O senhor Vice-Presidente afirmou ainda que, até prova em contrário, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, com as atitudes que tem tomado, tem que assumir a responsabilidade perante as populações destes outros municípios. De acordo com o senhor Vice-Presidente, a atitude do senhor Presidente da Câmara de Santarém não deveria ser fugir e mandar recados pelos jornais, tratando os membros da CULT como papalvos e considerando-se a ele mesmo o chico esperto. Um chico esperto não é uma pessoa inteligente.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando ao senhor Vice-Presidente da Junta da CULT que adjectivasse com menos veemência, o seu discurso.-----

- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, pedindo desculpa pela sua veemência e frontalidade. No entanto, não podia deixar de dizer que as razões pelas quais a CULT está numa situação muito complicada se devem ao procedimento de algumas pessoas que, sem qualquer razão, abandonaram o diálogo com os seus colegas e estão com isso a penalizar as populações dos municípios associados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, afirmando que no que toca ao processo Águas do Ribatejo, tendo em conta aquilo que leu nas actas da Junta da CULT e nas informações que ao longo do tempo foram dadas sobre este processo, as questões do saneamento não estariam directamente dependentes da constituição da empresa Águas do Ribatejo. de acordo com o senhor deputado, esta questão seria uma responsabilidade directa da CULT. Assim, na opinião do senhor deputado, não foram

devidamente esclarecidos os atrasos que efectivamente se registaram em relação a este processo de saneamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, lembrando, em primeiro lugar, que na última sessão da Assembleia foi aprovado por unanimidade uma sugestão de que a Junta iria consultar as empresas credenciadas, para o concurso relativo à higiene e segurança, dado que a empresa que ganhou o concurso ainda não está credenciada para prestar serviços na área. O senhor deputado lembrou que há cerca de 34 ou 35 empresas que estão autorizadas a prestar este serviço em Portugal, mas a empresa que ganhou o concurso não está. Em segundo lugar, disse que de facto esta aprovação por unanimidade na última sessão da Assembleia não foi publicitada de acordo com a lei. O senhor deputado afirmou concordar plenamente que haverá uma grande redução de custos, se for uma só entidade a efectuar estes contratos com os municípios da CULT. No entanto, quis chamar a atenção da Junta para que verificasse a situação, porque havia autarquias que estavam a subscrever os contratos. Mas neste caso, o Tribunal de Contas, em sede de auditoria, não pode considerar um fraccionamento de despesa. O valor do contrato com a CULT é dividido em vários. O senhor deputado pretendeu também saber se a Junta cumpriu sugerido na última Assembleia e foi consultar outras empresas, uma vez que a empresa que ganhou o concurso da higiene e segurança não está qualificada nem credenciada para prestar esse serviço.-----

---Usou da palavra o senhor **Deputado Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD)**, lembrando as palavras da senhora Presidente da Assembleia da CULT, e dizendo que embora o senhor Vice-Presidente, António José Ganhão, fosse uma pessoa educada, lamentava a forma como se dirigiu ao senhor Presidente da Câmara de Santarém. Não entendeu se foi um esclarecimento, se foi alguma maneira de evitar alguma culpa de alguma entidade, mas adjectivando contra alguém que não pode estar presente. Se era cobardia o facto do senhor Presidente da Câmara de Santarém não estar quando devia estar, também não

era correcto atacar alguém que não se pode defender numa situação destas. De acordo com o senhor Deputado, o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT usou e abusou do seu tempo para dizer o que lhe apeteceu, que lamentava. Talvez por ser Natal, o senhor Vice-Presidente quisesse oferecer uma prenda ao senhor Presidente da Câmara de Santarém, prenda essa que o senhor Deputado disse encarregar-se de transmitir pessoalmente. De qualquer forma, lamentou que se tivesse chegado tão longe nas palavras. Informou ainda que se voltassem a haver palavras fosse contra quem fosse, ausentar-se-ia da presente Assembleia. -----

---- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para efectuar uma referência relativa à intervenção do senhor Deputado Jaime Manuel Teodoro Santos, que referiu o uso e abuso de tempo por parte do senhor Vice-Presidente da Junta da CULT. A senhora Presidente lembrou que a Junta da CULT estava a dar esclarecimentos à Assembleia, dentro do tempo que lhe estava destinado. Portanto, a senhora Presidente da Assembleia da CULT disse não concordar com a afirmação do senhor Deputado.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, afirmando que a explicação que o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão, fez sobre a não execução das obras de saneamento em Coruche, no âmbito da moção apresentada pelo senhor Deputado Manuel Coelho, lhe parecia uma leitura um pouco enviesada do problema. A senhora Deputada disse crer que todas as Câmaras transferiram para a CULT e não para as Águas do Ribatejo a execução dos projectos e das obras a nível de saneamento. Portanto, se foi dito pelo senhor Deputado Manuel Coelho que as obras estavam previstas para iniciar em 2005, a CULT estará eventualmente a fazer uma vitimização do problema, quando as obras cabem inteiramente à CULT. A senhora Deputada prosseguiu lembrando que o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão, lamentou a ausência do Presidente da Câmara de Santarém nesta reunião. A senhora Deputada

disse lamentar mais a ausência do senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, Paulo Caldas, uma vez que com mais responsabilidade e com reservas mentais fez aprovar na reunião de Câmara do Cartaxo o aumento de capital em espécie, com uma condição acrescida em relação àquelas que tinham sido participadas aquando da primeira votação da participação nas Águas do Ribatejo, que era a participação impreterível dos nove municípios que estão na origem do processo. A senhora Deputada solicitou ao senhor Presidente da Junta da CULT, Sousa Gomes, e Vice-Presidente, António José Ganhão, que compartilhassem com a Assembleia se esta reserva moral do senhor Presidente da Câmara do Cartaxo em relação às Águas do Ribatejo foi partilhada com a Junta, tendo ainda em conta os restantes Presidentes fizeram aprovar nas respectivas Câmaras, sem qualquer reserva, o aumento de capital para as Águas do Ribatejo. De acordo com a senhora Deputada, mais do que penalizar o Presidente de Câmara de Santarém, que defendeu os interesses dos seus munícipes, terá que se penalizar quem não os defendeu. A senhora Deputada referiu que votou contra a adesão do Cartaxo ao projecto Águas do Ribatejo, porque achou que o Cartaxo sairia prejudicado nesse projecto. Afirmou então que o senhor Presidente da Câmara do Cartaxo deverá ter chegado entretanto à mesma conclusão, quando colocou uma condição agora e não no início no processo, quando no início também já se sabia que a Câmara de Santarém tinha dificuldades em aderir ao projecto. A senhora Deputada solicitou que os senhores Presidente e Vice-Presidente da Junta da CULT partilhassem se a reserva mental do senhor Presidente Paulo Caldas foi partilhada com os senhores, porque, na opinião da senhora Deputada, estamos perante um caso de deslealdade para com os seus pares, no âmbito da presidência da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Dúnia Rosale Viegas da Palma (PS)**, manifestando a sua estranheza relativamente ao pedido de palavra do senhor Deputado Jaime Santos. Isto porque, ao ouvir a sua intervenção, ficou curiosa em saber se por acaso já tinha assistido a alguma reunião da Assembleia Municipal de Santarém e concretamente a intervenções do senhor Presidente

da Câmara de Santarém, quando este se refere a pessoas que não estão presentes, com ofensas manifestamente mais claras do que aquelas que foram usadas pelo senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão. Relativamente à sugestão efectuada pelo senhor Deputado, quanto ao abandonar da sala se este tipo de intervenções se mantiverem, a senhora Deputada disse ter dúvidas se vão continuar a ocorrer reuniões da Assembleia Municipal de Santarém, porque em quase todas as reuniões a bancada socialista pensou abandonar a sala. Se o objectivo era fazer uma declaração de intenções, nesse caso congratulava-se muito com o espírito natalício presente. Terminou a sua intervenção aproveitando para desejar bom Natal para todos.----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para descansar a senhora Deputada Dúnia Palma. Lembrou que também integra a Assembleia Municipal de Santarém e, na presente sessão da Assembleia da CULT, quando pediu ao senhor Vice-Presidente da Junta da CULT para adjectivar a sua intervenção de forma mais suave, teve o cuidado de lhe dizer que podia entender os regionalismos, referindo-se aos regionalismos usados para caracterizar os ribatejanos. Mas enquanto Presidente da Assembleia da CULT, disse nunca permitir que se chegue aos extremos, ao uso de linguagem e às ofensas que são usadas na Assembleia Municipal de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, tendo informado que relativamente ao concurso de higiene e segurança no trabalho também reparou no mesmo que o senhor deputado Armindo Bento, sobre a recomendação feita à Junta da CULT pela Assembleia. Numa reunião, de 27 de Julho de 2006, após a análise da documentação, foi deliberado pela Junta manter todas as deliberações anteriores no que toca ao concurso. Uma decisão que o senhor Deputado lamentou. O senhor Deputado leu também o excerto de uma acta da Junta da CULT, de dia 22 de Junho de 2006, relativamente às Águas do Ribatejo. Diz a acta o seguinte: “entendeu-se também de forma inequívoca que à Câmara de Santarém interessava

salvaguardar os seus interesses numa permuta de terrenos para a instalação da sede da empresa Águas do Ribatejo e foi unânime o reconhecimento desse direito com a prática de uma gestão autárquica cuidadosa”. O senhor Deputado disse não ver em lado nenhum alguém a acusar o senhor Presidente Moita Flores de nada. Aliás, o que disse ter lido nas actas foram alguns rasgados elogios no que toca ao seu comportamento, sendo um comportamento normal, empolado no entanto pelos meios de comunicação social que entretanto tiveram outra leitura no que toca ao assunto. Ainda relativamente às Águas do Ribatejo, o senhor Deputado disse ter em seu poder uma proposta para a próxima Assembleia Municipal de Almeirim, em que o senhor Presidente da Câmara, também Presidente da Junta da CULT, dizia que iria haver um aumento de capital, inclusive no caso das Câmaras, sendo que os bens entregues iriam ser o triplo do que havia sido deliberado. O senhor Deputado lembrou que a bancada do PSD tem algumas reservas no que toca aos 18 milhões de Euros de Fundos para as águas, cuja candidatura não foi aprovada e onde existe algum risco de ser ou não aprovada. O senhor deputado lembrou que a Câmara de Santarém, que ainda por cima é o maior contribuinte desta empresa, terá tido as suas reservas e sempre as demonstrou desde o princípio. Desde o princípio, o senhor Presidente da Câmara de Santarém sempre afirmou que se as condições de mantivessem, também tudo de manteria. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que o que de facto lhe causava muita estranheza era o facto do Vice-Presidente da Junta, Paulo Caldas, que na opinião do senhor deputado cometeu um acto de tremenda deslealdade para com os seus colegas, aprovar o aumento de capital e de seguida veio dizer, nas palavras do senhor Deputado, “cuidado que nós também saíamos, como Santarém.” O senhor deputado pôs de seguida a hipótese do Presidente da Junta da CULT já ter essa desconfiança. Isto porque na página 36 do Jornal Mirante, de dia 20 de Dezembro de 2006, é escrito que “Sousa Gomes adianta ainda que a posição anterior tomada pela Câmara do Cartaxo evidencia que teria outros conhecimentos da situação”. Na opinião do senhor Deputado, o senhor

Presidente da Câmara do Cartaxo foi desleal para com a Junta da CULT e deveria tirar consequências políticas daquilo que fez. O senhor Deputado questionou como é que alguém que é Vice-Presidente de uma Junta anda a defender um determinado projecto e depois diz, nas palavras do senhor Deputado, esse projecto é bom para todos aqueles que são da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, excepto se forem do Cartaxo. Se forem do Cartaxo já não serve para nós. Na opinião do senhor Deputado, alguma coisa aqui se passa de muito errado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, afirmando que poderá ter sido veemente nalgumas afirmações que efectuou, mas não pretendia ser mal-educado ou desrespeitador de quem quer que seja. Afirmou que as suas reacções perante a postura que o senhor Presidente da Câmara de Santarém tem tomado fora da CULT, e não dentro da CULT, mereceram-lhe as considerações que teceu e que não podia deixar de reafirmar. Disse ter pena de não poder explicar mais em pormenor as razões que o levaram a fazer tais afirmações. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT explicou que o senhor Presidente da Câmara de Santarém, no seio da CULT, sempre tratou todos com respeito e sempre foi tratado com respeito. Fora da CULT, com notícias publicadas em jornais, o senhor Presidente da Câmara de Santarém tem atacado de uma forma inaceitável a CULT, forma essa que o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT lamentou, bem como o pretexto para a sua ausência da CULT. O senhor Vice-Presidente prosseguiu dizendo que, durante a discussão do projecto Águas do Ribatejo, os únicos pressupostos que o senhor Presidente da Câmara de Santarém colocou perante os seus colegas foram: primeiro, que a sede das Águas do Ribatejo ficasse na cidade de Santarém; segundo, que a Câmara Municipal de Santarém pudesse vir a nomear um administrador; terceiro, que pudesse haver alguma antecipação dos investimentos previstos para Santarém. No dia em que fez esta afirmação teve a consideração e o respeito de todos os colegas da Junta da CULT. Mas neste dia, afirmou o senhor Vice-Presidente da

Junta da CULT, já o senhor Presidente da Câmara de Santarém tinha negociado as contrapartidas que vieram a ser publicadas posteriormente. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT garantiu que esta afirmação era verdade e que o senhor Presidente Moita Flores não transmitiu rigorosamente nada à Junta da CULT, quando já havia negociado. Posteriormente veio a tornar públicas as suas declarações, tratando todos os membros da Junta da CULT como gente a quem não se deveria consideração e respeito. Isto quando teve da parte dos restantes membros da Junta todo o respeito, enquanto Presidente de Câmara. Relativamente às declarações do senhor deputado José Luís Cabrita, o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT referiu que havia alguma incompreensão naquilo que foi respondido. Os municípios estão a assumir actualmente 35% das verbas, mas os projectos da candidatura foram da CULT e logicamente só a CULT é que pode lançar os projectos enquanto não for concretizada a empresa Águas do Ribatejo. Perante isto, os municípios têm que arranjar a contrapartida nacional nos seus orçamentos. Isto leva a que alguns municípios digam que não têm condições financeiras, nem possam recorrer ao crédito e possam ter que adiar os projectos até que a empresa se constitua. De acordo com o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, não se pode culpar a CULT de culpas que não tem. A vontade política dos municípios foi a de constituir, unanimemente, a empresa Águas do Ribatejo. na opinião do senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, quem está hoje contra a criação da empresa é fundamentalmente uma pessoa, que antes esteve de acordo. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT afirmou ainda que a Junta tentou tudo o que foi possível para que o senhor Presidente da Câmara de Santarém pudesse esclarecer as razões que o levaram a tomar algumas atitudes na defesa dos interesses da sua população. Mas a Junta nunca obteve as respostas necessárias, ainda que lhe fossem pedidas por escrito. A Junta da CULT sempre buscou o espírito de consenso, de encontrar a solução para os problemas e de não criar obstáculos à concretização deste projecto. Todos os membros da Junta pensavam que o projecto era bom para as populações dos 9

municípios. Mas afinal parece que não. Sem pretender tomar a defesa do senhor Presidente da Câmara do Cartaxo, o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT afirmou que o senhor Presidente prestou declarações que foram tornadas públicas, que surpreenderam a Junta da CULT e que levaram a que ele tivesse feito um documento escrito de esclarecimento. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT explicou entretanto que a empresa Águas do Ribatejo, desde que saia um dos municípios, está alterada nos seus princípios. Por conseguinte não terá viabilidade de poder continuar sem que seja reformulado todo o estudo económico-financeiro. Quando o senhor Presidente da Câmara do Cartaxo mencionou que se Santarém sair, naturalmente que a empresa está inviabilizada, ele estará a dizer a verdade. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT lembrou, no entanto, que quem sair das Águas do Ribatejo necessariamente que tem que assumir as suas responsabilidades, não apenas políticas, mas outras. Isto porque depois da homologação de um contrato, que foi aprovado por unanimidade, de o mesmo ser do conhecimento dos outros concorrentes, o que levou à instauração de providências cautelares, na opinião do senhor Vice-Presidente a empresa tem o direito de ser ressarcida de qualquer decisão em contrário. Portanto, há que estudar e analisar as consequências jurídicas que uma matéria desta natureza poderá ter. Enquanto Vice-Presidente da CULT e Presidente de um dos municípios associados, disse não estar nada disponível para assumir responsabilidades que não são dele. Nem os outros municípios. Quem quer sair das Águas do Ribatejo tem direito a sair, mas tem que assumir as suas responsabilidades. Entretanto, a CULT terá que estudar alternativas e viabilidades, porque elas não se esgotam neste projecto. A recente Lei que saiu e que está prestes a ser promulgada, relativamente à criação de empresas municipais, não afasta a possibilidade da CULT vir a encontrar outra solução para os municípios que se quiserem manter. A CULT está desde já a estudar alternativas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, considerando normal a indignação do senhor Vice-

Presidente, António José Ganhão, perante aquilo que se tem passado na CULT, e acrescentando que ele não estava isolado nas afirmações que efectuou, subscrevendo-as inteiramente. O senhor Presidente da Junta da CULT adiantou que se sentia como uma pessoa que foi burlada. Afirmou que nunca em reunião nenhuma da CULT o senhor Presidente da Câmara de Santarém proferiu alguma afirmação que pudesse indiciar que ele não estava de corpo inteiro na constituição da empresa Águas do Ribatejo. Inclusivamente numa das reuniões da Junta da CULT, já no decurso do processo que decorria no Tribunal Administrativo de Leiria, para se discutir as consequências e a estratégia que a CULT devia seguir em relação à providência cautelar apresentada por um concorrente, o senhor Presidente da Câmara de Santarém votou com os restantes membros da CULT o princípio de que não se devia avançar para a constituição da empresa Águas do Ribatejo enquanto não fosse julgada a providência cautelar. Mas também votou com os restantes membros da CULT que, logo que fosse conhecido o resultado da providência cautelar, se poderia avançar imediatamente para a constituição da empresa. O processo está exactamente nessa fase. Todas as Câmaras receberam da CULT uma proposta para que fosse decidido nos seus Executivos e Assembleias o aumento de capital. Era este o passo que faltava dar, para que se pudesse constituir a empresa Águas do Ribatejo. E foi esse o momento escolhido pela Câmara de Santarém para decidir sair da constituição da empresa Águas do Ribatejo, sem que alguma vez nalguma reunião na CULT tivesse sido proferida vontade de sair da empresa Águas do Ribatejo. O senhor Presidente da Junta da CULT disse ainda achar curioso o facto da Câmara de Santarém não estar nada interessada na candidatura que a CULT fez do saneamento ao Fundo de Coesão. Mas está interessada no Fundo de Coesão que a empresa possibilitou aprovar na União Europeia. É por tudo isto que o senhor Presidente da Junta da CULT disse sentir-se burlado. Na opinião do senhor Presidente, querem tirar uma fatia daquilo que a CULT conseguiu e, por outro lado, querem constituir a empresa que muito bem entendem lá fora e que, por sinal, é em tudo

semelhante às Águas do Ribatejo, mas apenas com a Câmara de Santarém. Em relação ao senhor Vice-Presidente da Junta da CULT e Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, de acordo com o senhor Presidente da Junta da CULT, todas as afirmações que ele fez na reunião de Câmara são as opções que os restantes membros da Junta da CULT tinham feito. O senhor Presidente disse que nenhum dos restantes membros da Junta afirmou que se Santarém saísse, também saíam. De acordo com o senhor Presidente, esta será uma opinião pessoal. Mas tudo o resto que foi dito foram pressupostos que também passam pela mente dos restantes membros da Junta da CULT. O senhor Presidente da Junta da CULT lembrou ainda a intervenção da senhora Deputada Luísa Pato, para afirmar que a culpa não é inteiramente da CULT. O que a CULT fez foi tentar a aprovação da candidatura no Fundo de Coesão. Prosseguiu dizendo que é evidente que a CULT não tem meios para responder à comparticipação nacional do conjunto dos municípios que são seus associados. Portanto, é opção de cada um dos municípios o timing no andamento dos seus processos, a possibilidade que as suas finanças próprias têm de responder à comparticipação nacional. É em função disso que a CULT actua, lançando concursos, fazendo contratos e lançando obras. A única culpa que se pode dar à CULT foi ter conseguido uma aprovação de um Fundo de Coesão no saneamento e possibilitado que algumas Câmaras estejam já neste momento a fazer investimentos avultados. No que toca à preocupação sobre os 18 milhões de Euros, lembrou que a Junta da CULT já afirmou várias vezes que naturalmente que a referida quantia não vai ser aprovada neste Quadro Comunitário de Apoio, cujo prazo para as candidaturas termina muito brevemente. Mas também já disse que no próximo QREN há tempo para que se possa avançar com a candidatura das águas. O senhor Presidente adiantou que a CULT tem em seu poder pareceres jurídicos variadíssimos que dizem que a constituição da empresa Águas do Ribatejo não tem que estar dependente desta candidatura. A empresa pode-se constituir livremente com as condições que existem neste momento, sendo que quando houver condições para que o

projecto das águas possa ser viabilizado, integrará a empresa Águas do Ribatejo, entretanto constituída. Portanto não há razão para medos, no que toca aos 18 milhões de euros. De acordo com o senhor Presidente, trata-se de um argumento falso. O senhor Presidente da Junta da CULT quis ainda contestar uma afirmação efectuada na presente Assembleia. Em seu entender, parece que a Câmara de Santarém, por representar 32% do conjunto dos municípios da CULT, tem direitos que os outros não têm. Mas é preciso pensar que quando Santarém tem 32% do peso, os outros municípios têm 68% e não podem deixar de merecer a consideração da Câmara de Santarém. O peso das restantes é bastante superior ao da Câmara de Santarém. A Câmara de Santarém merece todo o respeito dos restantes membros da Junta da CULT, mas estes exigem ser tratados da mesma maneira. No âmbito da empresa de higiene e segurança, também em discussão na presente sessão da Assembleia, o senhor Presidente leu um ofício que foi enviado à CULT pelo Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a entidade que superintende nesta questão. O ofício diz o seguinte: “na sequência do seu fax ref. 440, informa-se que o pedido de autorização de MR – Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, como empresa prestadora de serviços externos, encontra-se em fase de análise. Por outro lado, todas as empresas constantes da listagem apresentada no site e cujos processos correm termo nestes serviços são potenciais prestadoras de serviços externos do serviço do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.” De acordo com o senhor Presidente da Junta da CULT, isto quer dizer que esta empresa não foi considerada incapaz, a sua candidatura não foi retirada da listagem, ela consta da listagem das empresas que estão em análise e tem condições para vir a prestar esses serviços aos municípios que fazem parte da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que relativamente à questão do fraccionamento da despesa no que diz respeito ao concurso da higiene e segurança, a CULT fez um concurso público. No Decreto-Lei 197/99, art.º 26, o

nº1 diz o seguinte: “é admitido o agrupamento de entidades adjudicantes quando lhes seja vantajosa a celebração de um único contrato de locação para a aquisição de bens ou serviços ou obtenções de propostas”. De seguida, o nº3 diz o seguinte: “quando o agrupamento se destine à obtenção de propostas, nos termos previstos na parte final do nº1, o cumprimento das formalidades inerentes à celebração do contrato compete a cada uma das entidades, cabendo ao representante do agrupamento assegurar o procedimento com vista à escolha do adjudicatário”. Ou seja, a CULT, com o objectivo da obtenção de economias de escala para diversos concursos, lança o concurso como entidade agrupante dos restantes municípios, escolhe o adjudicatário com o júri que integra elementos de vários municípios, e depois da escolha compete depois a cada uma das câmaras, que pode ou não aceitar (?). Esta situação refere-se ao concurso de higiene e segurança, mas é extensível a outros concursos como o dos seguros, etc.-----

-----  
--- Passou-se, de seguida, ao **primeiro ponto da Ordem do dia: Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para informar que o senhor Presidente da Junta da CULT pretendia fazer uma intervenção prévia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, solicitando que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos e não fosse apreciado. Uma vez que a CULT nunca tinha apresentado um relatório sobre as suas actividades, os serviços efectuaram esse relatório incluindo as actividades efectuadas desde o início deste mandato até à data actual, sendo portanto mais extenso do que aquilo que seria normal. Assim, o senhor Presidente da Junta da CULT solicitou que esse relatório fosse distribuído aos membros da Assembleia da CULT e que fosse apreciado numa próxima reunião, com o acrescento do período da presente sessão até à próxima.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, salientando o esforço efectuado pelos serviços da CULT, no sentido de ter este procedimento mais sistematizado, e solicitando que esta informação pudesse ser sempre de futuro apresentada aos membros da Assembleia.-----

--- Colocada à votação a retirada do Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, a mesma foi aprovada por **unanimidade**.-----

--- Passou-se, de seguida, ao **segundo ponto da Ordem do dia: Apreciação e Votação da Acta da 7ª Sessão da Assembleia da CULT**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, dizendo que na página 196 não estaria correctamente transcrito aquilo que disse na referida sessão. Em relação à questão da Auto-Europa, o que terá referido era que não era comparável a situação da Auto-Europa à da GM. No que diz respeito àquilo que foi a actuação do Governo em relação a todo o processo da GM, o senhor deputado referiu ter dito que era descabido estar a invocar posições do Governo, pois este não se tem pronunciado sobre o assunto alegando que as negociações estão a decorrer, já que diversos elementos da Assembleia invocaram várias declarações de membros do Governo. Recordou o Ministro da Economia, afirmando que a única coisa que o Ministro tinha referido era que não se pronunciava sobre o assunto, porque as negociações estavam a decorrer. Portanto, tudo o que estará na acta, para além destas afirmações, estará a mais. Assim, a proposta de alteração das suas declarações seria a seguinte: “porque a situação desta não pode ser equiparada à da GM. No que respeita à posição que o Governo tem vindo a tomar em relação à GM é descabido estar aqui a invocar posições do Governo, pois este não se tem pronunciado sobre o assunto”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, questionando o senhor deputado sobre a sua proposta era para que se alterassem as declarações só no segundo período. A senhora Presidente explicou que se fosse uma mera alteração de uma frase, haveria

condições para fazer desde já as alterações. Mas uma vez que estavam a ser solicitadas alterações em mais do que um período, seria preferível ouvir novamente as declarações do senhor deputado e voltar a transcrevê-las. Assim, informou o senhor Deputado que a acta ficaria condicionada para a próxima Assembleia da CULT.-----

--- Passou-se, de seguida, ao **terceiro ponto da Ordem do dia: Apreciação e Votação das Alterações ao Regimento da Assembleia da CULT**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando ao senhor deputado Carlos Mota, que orientou o grupo de trabalho, que fizesse a apresentação da proposta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, agradecendo em primeiro lugar a maneira ética e as condições democráticas com que se procederam aos trabalhos dos deputados que integraram a comissão que fez a revisão do Regimento, sendo eles os senhores deputados António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, João Pedro Antunes Osório, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto e ele próprio. Adiantou ainda que as alterações que se procederam foram feitas no estrito cumprimento da Lei e dos Estatutos. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção, explicando quais as alterações a apreciar. No artigo 15º passará a constar: “os membros da Assembleia têm direito a todas as regalias consignadas na Lei 29/87, de 30 de Junho, e suas eventuais alterações, com equiparação aos membros das Assembleias Municipais de primeira ordem, nomeadamente senhas de presença e subsídio de transporte”. No nº 3 do artigo 16º passará a constar: “os membros da Mesa terão de provir de municípios diferentes, sendo que os números 3, 4 e 5 deverão ser re-numerados para 4, 5 e 6, respectivamente”. No nº 3 do Artigo 30º passará a constar: “o primeiro ponto da ordem de trabalhos de cada sessão ordinária é a apreciação da actividade da Comunidade Urbana, a qual é enviada aos membros da Assembleia e apresentada pelo Presidente da Junta da Comunidade Urbana ou quem o substitua”. No nº 1 do artigo 32º passará a constar: “as sessões da Assembleia da Comunidade Urbana são

públicas, não podendo cada reunião ter mais do que dois períodos de 4 horas, no âmbito de cada sessão”. No nº 1 do artigo 34º passará a constar: “a assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24 horas, salvo deliberação expressa do plenário”. No nº4 do artigo 37º passará a constar: “juntamente com a ordem do dia deverão ser enviados todos os documentos que habilitem os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constantes, nomeadamente as actas das reuniões das Juntas da CULT”. No nº 2 do artigo 43º será retirado: “sendo que os números 3, 4 e 5 deverão ser re-numerados para 2, 3 e 4, respectivamente”. Por último, no nº 3 do artigo 50º passará a constar: “a leitura dos requerimentos escritos não pode exceder três minutos”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, agradecendo o trabalho efectuado pela Comissão e lembrando as palavras do senhor deputado Carlos Mota, quando afirmou a maneira ética e as condições democráticas com que se procederam aos trabalhos. De acordo com a senhora Presidente, é este pressuposto que está na base do Poder Local democrático e que já tinha sido também enaltecido na presente Assembleia por um deputado da bancada da CDU. A senhora Presidente lembrou o respeito pela diversidade e a permanente disponibilidade para partilhar todos os instrumentos que estão ao alcance de todos os eleitos, e de rentabilizar e otimizar esses mesmos instrumentos, para que possam ser postos ao serviço dos cidadãos. A senhora Presidente prosseguiu de seguida, para esclarecimento de dúvidas relativamente às alterações ao Regimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Júlio do Carmo Cabecinha Rosado (CDU)**, dizendo que o seu reparo não era propriamente ao Regimento, mas à convocatória. No entanto, não quis fazê-lo antes do Regimento ser lido, uma vez que poderia haver uma proposta para alterar o artigo 39º. Uma vez que não foi alterado quis chamar a atenção da Mesa para o facto da convocatória mencionar a apreciação e votação da acta na ordem do dia. De acordo com o

Regimento, tal deve ser efectuado no período antes da ordem do dia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, propondo duas rectificações. Em primeiro lugar, uma nova redacção do artigo 30º, no nº 3, onde passaria a constar: “apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita do Presidente da Junta da CULT, ou quem o substitua, acerca das actividades da Comunidade Urbana, bem como da situação financeira da mesma, informação essa que deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da CULT com a antecedência de 5 dias sobre a data do início da sessão, para que esta conste como primeiro ponto da ordem de trabalhos”. Neste caso, o objectivo seria legalizar aquilo que tem sido proposto e que o senhor Presidente disse que iria fazer. No artigo 64º, acrescentar-se-ia um ponto 3, com o seguinte conteúdo: “no orçamento da Comunidade Urbana são inscritas, sob proposta da Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana, dotações discriminativas em rubricas próprias para o pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte dos membros da Assembleia, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que no que toca à proposta do artigo 30º não haveria grandes dúvidas sobre o complemento do texto, que já faria parte da proposta apresentada. No entanto, de acordo com a senhora Presidente, a proposta para o artigo 64º requeria mais alguma ponderação. Assim, sugeriu a realização de 10 minutos de intervalo, para que se pudesse fazer a apreciação das propostas apresentadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Mota (PS)**, lembrando que não estavam presentes na sessão dois elementos da comissão que analisou o Regimento. Assim, o senhor Deputado questionou a senhora Presidente se se deveria remeter para uma próxima Assembleia a revisão deste ponto.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, lembrando que o Bloco de Esquerda e o CDS-PP não se fizeram

representar na presente Assembleia. No entanto, de acordo com a senhora Presidente, tal não deveria ser um factor impeditivo para a apreciação do Regimento.-----

--- Após o intervalo, a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitou ao coordenador do grupo de trabalho que efectuou as alterações ao Regimento da Assembleia da CULT que divulgasse qual o resultado da apreciação que fizeram da proposta apresentada pelo senhor deputado da bancada do Partido Socialista, José Nunes.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo que a comissão não aceitou as alterações propostas, nomeadamente o Ponto 3 do art.30º, isto porque o nº4 do art.37º já refere os prazos. Ainda no art.30º, no nº3 lê-se: “o primeiro ponto da ordem de trabalhos de cada sessão ordinária é a apreciação da actividade da Comunidade Urbana, a qual é enviada aos membros da Assembleia”. Portanto, se é enviada, supostamente que será por escrito. Quanto ao ponto 3, proposto para o art.64º, mencionou que a comissão, na altura da revisão, chamou um técnico da CULT para o inquirir sobre estas preocupações. Referiu, nomeadamente, o funcionário da CULT, o senhor João Paulo, que foi quem auxiliou a comissão a dirimir esta questão com o seguinte esclarecimento: o valor dos pagamentos das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte já constam do orçamento da CULT. Sendo assim, pareceu à comissão não fazer muito sentido estar a introduzir outras alterações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, para falar das verbas para os pagamentos das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte. Nos termos da Lei, essas rubricas orçamentais são autónomas do orçamento da CULT. São integradas nele, mas autónomas. É obrigatório. Quem faz o próprio orçamento daquelas rubricas é a Mesa da Assembleia da CULT, nos termos da Lei.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, dizendo que relativamente à questão do Regimento, a

comissão procurou, primeiro que tudo, chegar a um consenso com base no Regimento que já existia e beneficiá-lo. A ideia que presidiu foi a de que, enquanto membros desta Assembleia, os deputados não sabem muitas das coisas que gostavam de saber. Toda a gente sabe como funciona uma Assembleia Municipal e uma Câmara Municipal. Mas relativamente a esta instituição, que é nova, ainda não há uma aprendizagem sobre a mesma. Portanto, a comissão considerou que fazia falta o conhecimento da actividade da Junta da CULT. Assim, as grandes alterações do Regimento têm a ver fundamentalmente com o facto dos deputados passarem a receber as actas da Junta da CULT e tomarem conhecimento da actividade da mesma Junta, o que agilizará também o funcionamento da Assembleia. O senhor deputado disse ainda que parecia existir no anterior Regimento alguns quiproquós que poderiam ser considerados antidemocráticos, nomeadamente quanto às inscrições. Havia uma repetição de inscrições, ou seja, os senhores deputados podiam inscrever-se uma segunda vez. Também a distribuição dos tempos não era clara. Se a maioria dos deputados quisesse intervir, era difícil distribuir os tempos, tendo em conta que a Assembleia da CULT tem forças políticas com muitos elementos e outras com poucos elementos. Alguns certamente mal tinham tempo de cumprimentar a Mesa. A grande preocupação foi a distribuição proporcional do tempo, e uma vez que os trabalhos têm sido correctamente presididos pela Mesa, será ela a ter o cuidado de distribuir proporcionalmente os tempos, em função das forças partidárias e não em função do número de elementos.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, submeteu à votação o Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação e Votação das Alterações ao Regimento da Assembleia da CULT, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Passou-se de seguida ao **quarto ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Versão Preliminar do Diagnóstico Estratégico do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo**, sendo que a senhora

Presidente da Assembleia da CULT reforçou a palavra “apreciação”, ou seja, mencionou que não era um documento que se destinava a ser votado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que a Junta da CULT solicitou para que se colocasse este ponto na Ordem de Trabalhos porque se trata de um documento que informa todos os participantes na vida autárquica sobre a elaboração do PROT, que foi decidida pelo Governo. Este documento foi apresentado numa reunião em Óbidos e nessa altura a Junta da CULT teve a oportunidade de chamar a atenção para as poucas referências que se faziam à sub-região da Lezíria. Pediu para que os trabalhos seguintes pudessem vir a dirigir-se mais a esta sub-região. Numa segunda reunião, em Constância, criou-se uma nova metodologia de trabalho, porque foram constituídas subcomissões para dar os passos seguintes no trabalho que já se tinha feito com a versão preliminar. Os passos seguintes são no fundo a discussão de assuntos de interesse regional, que venha a entender-se vir a constar no PROT. Foi assim criada a subcomissão 1, para a defesa, segurança e protecção civil; a subcomissão 2, para as questões económicas; a subcomissão 3, para potencial humano e equipamentos sociais; a subcomissão 4, para a valorização territorial; e a subcomissão 5, referente ao património natural e cultural. Foi seguidamente decidido das três sub-regiões – Lezíria, Médio Tejo e Oeste – constassem em cada uma das subcomissões autarcas destas sub-regiões, para que na perspectiva do desenvolvimento de cada sub-região pudessem participar nos trabalhos e introduzir sugestões. O senhor Presidente da Junta da CULT informou que os trabalhos estão neste momento em desenvolvimento. Deu o exemplo do município que preside, Almeirim, onde já decorreu uma reunião da subcomissão 1. Explicou entretanto que o documento apresentado na presente sessão da Assembleia da CULT é mais informativo, sendo um objecto de trabalho. Adiantou, no entanto, que se a Assembleia entendesse criar uma comissão para acompanhamento do trabalho destas subcomissões, poderia fazer reuniões periódicas com os representantes das subcomissões, inteirar-se

do andamento dos trabalhos e porventura fazer também chegar aos vários grupos de trabalho propostas que interessem à região da Lezíria.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, congratulando-se com o facto das diferentes forças representadas na Assembleia poderem fazer o acompanhamento do PROT e dar os seus contributos por escrito. De acordo com a senhora Presidente, com certeza que a Junta da CULT fará chegar a voz e as preocupações da Assembleia da CULT às reuniões sobre o PROT. A senhora Presidente solicitou às forças políticas com representação na Assembleia que indicassem qual o elemento que irá integrar a comissão de acompanhamento do PROT. Lembrou que terá que ser contactado o CDS-PP e o Bloco de Esquerda para o mesmo efeito, uma vez que não se fizeram representar na presente Assembleia. -----

---- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, dizendo que estes instrumentos, como o documento preliminar apresentado, são sempre úteis e altamente importantes, para fundamentarmos a nossa estratégia e a nossa visão da nossa região. Adiantou, no entanto, que pensou propor a retirada deste documento da ordem do dia da Assembleia. Explicou que leu o documento com toda a atenção e considerou que o mesmo não tem nada a ver com a Lezíria, mas com outra região. Lembrando que estamos na Lezíria do Tejo, e mesmo sendo este documento preliminar, disse que gostaria de saber qual era a visão estratégica que os autores do documento teriam, para que depois a Assembleia da CULT pudesse completar. O senhor Deputado considerou também que o documento deveria já indiciar as grandes opções políticas prioritárias dos autarcas para as suas regiões e municípios. Acima de tudo, o senhor Deputado gostaria que o documento fosse adequado à área geográfica da Lezíria, social, económica e política, e, de acordo com o senhor Deputado, nada disso ele tem. Aliás, o senhor Deputado considerou que o documento não é só insuficiente tecnicamente. É inexistente para região. Para além disso, não via como é que se poderia compatibilizar o documento, mesmo que preliminar, com o próprio orçamento ou com o próprio plano de actividades

da CULT. No plano de actividades já estão previstas medidas de curto e médio prazo e no documento preliminar do PROT não está nenhuma delas. De acordo com o senhor Deputado, mais estranho ainda era que o aeroporto da OTA terá um impacto extraordinário nesta região, mas isso é omitido completamente no documento. A não ser o concelho de Benavente, que tem ligação directa à OTA, não há mais nenhuma ligação da nossa zona à OTA. Tal é completamente omitido. O senhor Deputado lembrou o valor das acessibilidades, bem como o valor que tem para o desenvolvimento do turismo social e gastronómico. E também não surge uma única palavra sobre isso no documento. Na opinião do senhor Deputado, a OTA será uma grande oportunidade da região se afirmar relativamente à autonomia de Lisboa. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que o documento também não tem uma única palavra sobre o turismo de saúde, tão importante e pelo qual a região pode lutar. Também não tem uma única palavra sobre uma das maiores riquezas da Lezíria, que é o vinho. Não tem uma única palavra sobre hortofloricultura, onde a Lezíria é a melhor do País. Portanto, na opinião do senhor Deputado, o documento é tecnicamente pobre e insuficiente. No entanto, o senhor Deputado afirmou querer participar e dar ideias. No fundo contribuir para a riqueza e para o bem-estar da região e do País. Relembrou que o documento preliminar omite tudo e apelou para que não se perdesse tempo na discussão de ideias. Solicitou também que os documentos futuramente entregues já tivessem mais conteúdo sobre qual é a visão estratégica de futuro da região da Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Júlio Rosado (CDU)**, para efectuar um pequeno reparo. Na secção do sistema rodoviário, disse estranhar bastante que um dos troços, que é possivelmente um dos mais ocupados no Ribatejo em estradas nacionais, não seja aqui referenciado. O senhor Deputado referia-se ao troço entre Alcochete e Porto Alto, e Porto Alto e Vila Franca de Xira. O senhor Deputado lembrou que o problema desse troço já se arrasta há muitos anos e, para sua surpresa, não está considerado seja o que for para aquela zona no documento preliminar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, começando por afirmar que a decisão parecia consensual de se incluir membros desta Assembleia no acompanhamento deste trabalho. De acordo com o senhor Deputado, de certa forma tal vai atenuar algumas das preocupações dos membros da Assembleia, já que poderão dar ideias e intervir na elaboração deste diagnóstico. O senhor Deputado considerou que o diagnóstico tem alguns aspectos positivos. Faz uma análise da região da Lezíria e Vale do Tejo e caracteriza o parque habitacional de modo correcto. Contudo, da análise do diagnóstico surgiram-lhe algumas preocupações, nomeadamente os eixos de desenvolvimento económico prioritário. No entender do senhor Deputado e da bancada da CDU, será sempre a produção agrícola, industrial, ou seja, o sector primário e secundário. Tanto mais que no sector primário, a CULT encontra-se num dos terrenos mais férteis do País. Daí que qualquer diagnóstico ou projecto de desenvolvimento regional que se faça para o Vale do Tejo e Sorraia terá que ter sempre esta prerrogativa: a questão da produção industrial e da produção agrícola. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que existiam outras questões oportunas neste diagnóstico, mas que não serão prioritárias no futuro. Entre elas estão os TGV, aeroporto da OTA, os serviços e o turismo de lazer, que não podem ser a orientação prioritária. De acordo com o senhor Deputado, são questões que devem merecer preocupação, mas as questões agrícola e industrial terão que ser prioritárias. O senhor Deputado lembrou ainda que a estratégia do diagnóstico pode ter sido feita no sentido correcto para o ordenamento e desenvolvimento deste território, mas as orientações políticas cabem sempre aos governos e os bons projectos às vezes ficam por cumprir, porque os governos mudam, as orientações mudam. O senhor Deputado disse esperar que o projecto que se seguirá ao documento preliminar seja mais concreto e conciso, reafirmou que poderá ser um projecto muito bom, mas depois poderá nunca ser implementado. -----

---- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, reconhecendo que não teve tempo de ler todo o documento, mas, de acordo com o que leu,

concordava com a intervenção do senhor Deputado Armindo Bento. Deu como exemplo o ponto 3, relativamente à estruturação territorial, e o ponto 3.1, sobre os padrões de ocupação do uso de solo. De acordo com a senhora Deputada, este ponto só fala da zona Oeste, não mencionando o Vale do Tejo. Ou seja, se as restantes partes do documento tratarem da mesma forma o Vale do Tejo, trata-se então, de acordo com a senhora Deputada, de um documento muito fraco, sem nenhuma perspectiva de estratégia política e de desenvolvimento que se pretende para a região da Lezíria.-----

--- Usou da palavra senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que, na sua opinião, o documento deve reflectir a diversidade dos dois territórios mencionados – Oeste e Vale do Tejo. Prosseguiu dizendo que a Comissão de Acompanhamento terá oportunidade de se debruçar sobre os vários aspectos, mas, de acordo com a senhora Presidente, há dois factores que devem ser tidos em conta para a sustentabilidade, viabilidade e desenvolvimento do nosso território. Uma primeira questão será a qualificação do próprio território, ou seja, de que forma é que se qualifica do ponto de vista económico e social. A outra será a qualificação dos recursos humanos. De acordo com a senhora Presidente, estes planos de ordenamento obrigam-nos a pensar não a curto mas a médio e longo prazo, e essa deve ser uma das principais preocupações de todos. Solicitou de seguida aos senhores representantes das forças políticas que pudessem com brevidade dar a indicação dos membros que irão integrar a comissão de análise do PROT, para que possam rapidamente começar a produzir reflexões e encaminhá-las para a Junta da CULT, que depois as fará chegar à entidade promotora deste diagnóstico. -----

---- Foram de seguida indicados pelas bancadas da CDU e PSD os membros que irão integrar a comissão de análise do PROT, sendo eles os senhores Deputados José Luís Marques Cabrita (CDU) e João Miguel Gonçalves Lopes (PSD). A bancada do PS disse não estar ainda em condições de indicar um representante. A senhora Presidente lembrou que teria de ser feita também uma

consulta às bancadas do CDS-PP e Bloco de Esquerda, uma vez que não se fizeram representar na presente Assembleia -----

--- Passou-se de seguida ao **quinto ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Autorização de Subscrição de Capital Social por parte da CULT na Águas do Ribatejo – EIM.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, propondo à Junta da CULT que retirasse esta proposta de discussão, face às informações que foram dadas no período antes da ordem do dia. Na opinião do senhor Deputado, não teria razão de ser a sua discussão. Se assim não fosse decidido, o senhor Deputado afirmou que a bancada da CDU continuaria a considerar que não tem cabimento a subscrição e a realização de capital social pela CULT na Empresa Águas do Ribatejo, já que, na opinião da bancada da CDU, esse papel deve estar reservado aos municípios e, vindo a CULT a subscrever e realizar capital, haverá aqui, ainda que de uma forma indirecta, uma duplicação de capital por parte dos municípios, já que naturalmente serão estes que terão que dotar a CULT dos meios financeiros necessários para realizar o capital que aqui foi proposto. Assim, a proposta da bancada da CDU seria no sentido de ser retirado de discussão e votação este ponto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, considerando que numa proposta destas deve-se indicar qual é o total do capital social, bem como quem são os associados. Para além disso, a proposta apresentada na presente Assembleia não parecia ser igual à enviada aos membros da Assembleia para análise. De acordo com o senhor Deputado, estes documentos têm que ser rigorosos porque vão produzir efeitos jurídicos. E quando eles são publicitados têm que apresentar correctamente aquilo que de facto está a ser aprovado. Para além disso, o senhor Deputado quis chamar a atenção para uma questão que considerava de grande importância. A CULT fez distribuir por todos os municípios, para as Assembleias Municipais aprovarem, para deliberarem sobre a celebração do contrato. O senhor Deputado lembrou que todos conhecem os pareceres jurídicos da CULT, como eles têm sido feitos e os

efeitos que têm tido, os resultados que têm alcançado. De acordo com o senhor Deputado, todos têm o direito de fazer as suas próprias interpretações, e a Junta da CULT toma ou não posição sobre elas, mas não deve contrapor com questões que já foram discutidas noutra local. De assim não for, o senhor Deputado afirmou que seria obrigado a falar mais. Solicitou, por isso, que não mencionassem mais os pareceres jurídicos. De acordo com a interpretação do senhor Deputado, o que está na Lei é o seguinte: estas transacções para celebrar o contrato são geradoras de despesa e estão sujeitas a decisão prévia do Tribunal de Contas. Isto não foi informado no documento que a CULT enviou. Segundo o senhor deputado, quer queiram quer não, depois do contrato ter efeitos do notário onde ele é celebrado, vai para o Tribunal de Contas e recusa o aviso prévio. O senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que queria saber qual é a decisão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, lembrando ao senhor Deputado Armindo Bento que a Junta da CULT, que tem capacidade executiva, tem toda a legitimidade para invocar, em qualquer dos pontos e em qualquer contexto, pareceres jurídicos que obtenha. A senhora Presidente frisou estar num órgão democrático e, por isso mesmo, não se pode coarctar à Junta da CULT a possibilidade de invocar pareceres jurídicos feitos por técnicos. A senhora Presidente adiantou que cada membro da Assembleia poderá retirar desses pareceres as elações que quiser, mas não se pode restringir o Executivo da CULT para que não invoque pareceres que solicitou sobre determinadas matérias. Terminou dizendo que, enquanto Presidente da Assembleia da CULT, não poderia ficar sem se manifestar perante o comentário do senhor Deputado Armindo Bento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, considerando inaceitável que seja feita uma proposta nestes termos, com uma página em branco e com um pequeno texto, apenas dizendo “por favor subscrevam o capital neste montante”, sem que houvesse qualquer relatório e a composição do capital relativamente à empresa. Para além disso, prosseguiu o senhor

Deputado, o relatório que menciona a subscrição do capital na parte das Câmaras Municipais até refere que há uma diferença a favor das Câmaras Municipais, que é levada a suprimimentos de 371 mil Euros. Tal levou o senhor Deputado a estranhar ainda mais porque é que a CULT tem que entrar com 15 mil Euros. O senhor Deputado afirmou que esta situação o deixava muito baralhado. Disse ainda partilhar algumas dúvidas com a bancada da CDU, entre elas se fazia ou não sentido estar-se naquele momento a fazer uma subscrição de capital depois de tudo o que aconteceu ao processo, com a saída de duas autarquias do projecto Águas do Ribatejo. o senhor Deputado quis ainda esclarecer a seguinte dúvida: na acta da Junta da CULT do dia 11 de Agosto de 2006 é referido que “trabalhos e obras dos equipamentos integrados no sistema de abastecimento de água e saneamento são financiados pelo Fundo de Coesão até ao montante máximo de 28 milhões de Euros, numa despesa máxima de 41 milhões de Euros, cujo início está condicionado a regras rigorosas, incluindo nomeadamente a necessidade dos trabalhos serem iniciados impreterivelmente até 23 de Dezembro de 2006, sob pena de anulação da contribuição do Fundo”. O senhor Deputado quis saber o que é que isto quer dizer. Perguntou se era por isso que estava a acontecer a presente sessão da Assembleia, um dia antes do dia 23, para se fazer a subscrição deste capital. O senhor Deputado lembrou que algumas Assembleias Municipais, como o caso da de Almeirim, têm as suas próprias sessões no dia 28 de Dezembro. Portanto, a empresa intermunicipal nunca estaria constituída até 23 de Dezembro de 2006. Terminou a sua intervenção dizendo que gostava de saber quais as implicações desta situação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, questionando o senhor Presidente da Junta da CULT se tinha conhecimento de alguma comunicação de alguma autarquia, no sentido de não integrar a empresa intermunicipal Águas do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que a pergunta efectuada pelo senhor Deputado

Carlos Catalão seria o fundamento principal para trazer a proposta em causa à Assembleia da CULT, visto que há um princípio estabelecido pelo estudo de viabilidade económica, com aprovações anteriores das Assembleias Municipais da Lezíria e da Assembleia da CULT, que já tinha aprovado a participação da CULT com 5 mil Euros. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que facto da oferta do parceiro privado ser o triplo daquela que estava inicialmente prevista justifica que os municípios e que a CULT subscrevam também um capital correspondente ao triplo daquilo que estava inicialmente previsto. Lembrou que, até àquele momento, não tinham oficialmente nenhuma comunicação da Câmara de Santarém e o que se discutiu aqui foi baseado naquilo que a comunicação social tornou público, por ter estado presente na reunião de Câmara de Santarém. O senhor Presidente disse no entanto que essa comunicação há-de chegar, julgando que a Câmara de Santarém não vai deixar de comunicar oficialmente a decisão que tomou. Portanto, só a partir desse momento é que a CULT estudará alternativas ou outro caminho que não seja a constituição da empresa Águas do Ribatejo. Neste momento, o senhor Presidente disse não haver razão nenhuma para que não se trabalhe nos mesmos moldes em que se trabalhou nas aprovações anteriores, passando o capital que todas as Assembleias Municipais e CULT tinham aprovado para o valor que neste momento é necessário atingir, para se poder constituir a empresa Águas do Ribatejo. O senhor Presidente afirmou que a CULT não conhece nenhuma alteração dos pressupostos, que neste momento leve a Junta da CULT a tomar uma posição diferente que não seja a de aprovar os valores que põem o capital no nível que deve ter. Referiu ainda que o facto de porventura se querer por em dúvida algum facto que seja apresentado pela Junta da Comunidade Urbana não é razão para se por em dúvida a competência das pessoas que trabalham para a Comunidade Urbana. Em relação aos pareceres jurídicos, afirmou que o facto deles serem bons quando interessa e serem maus quando interessa, não é a ideia que fazia das pessoas licenciadas em Direito. Lembrou que não foi apenas um jurista que deu o

parecer que agora é desvalorizado e criticado. Considerou que se a CULT seguisse aquilo que algumas pessoas dizem, nomeadamente nas reuniões da Assembleia, de reunião para reunião tinha que mudar de consultores jurídicos. Em relação às implicações que poderá trazer o facto da empresa não ser constituída até 31 de Dezembro, o senhor Presidente explicou que não trará nenhuma, na medida em que o parceiro privado já se declarou disponível para participar na constituição da empresa Águas do Ribatejo, com as condições que neste momento estão em cima da mesa. Portanto, não haverá implicações no facto de passar o dia 31 de Dezembro. No que toca ao aviso prévio do Tribunal de Contas, o senhor Presidente disse não conhecer momento para o aviso prévio do Tribunal de Contas, que não seja após a celebração do contrato e em função daquilo que os contratos têm escrito e que são objecto de análise por parte do Tribunal de Contas. Portanto, não haverá um visto prévio, antes de celebrado o contrato com o parceiro privado. Por outro lado, disse não lhe parecer que o capital subscrito pela CULT de 15 mil Euros, que é o que estava em discussão, pudesse ser sujeito a um visto do Tribunal de Contas antes de fazer parte de um contrato.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha (PS)**, dizendo que todos deviam estar indignados, e não somente a Junta da CULT, porque estava a ocorrer aqui uma questão séria de falta de solidariedade política. Disse não estar de acordo com a proposta de tirar este ponto da ordem de trabalhos, por considerar que a Assembleia da CULT vai ter que votar, uma vez que se as Águas do Ribatejo não forem para a frente certamente vão ter que ser acatadas responsabilidades a quem de direito. A senhora Deputada disse não querer fazer parte das pessoas que possam ser de certa forma apontadas pelo facto de não terem aprovado a empresa. Considerou que nas Assembleias Municipais da Lezíria devia haver a mesma postura. De acordo com a senhora Deputada, chegou a altura de se assumirem as responsabilidades e se há alguém que vai inviabilizar este processo, esse alguém que assuma essas responsabilidades. Frisou não estar disposta a

assumir essas responsabilidades e, como tal, dever-se-ia votar este ponto tal e qual como foi apresentado. Propôs ainda que a Assembleia apresentasse, na presente sessão, um voto de condenação relativamente àquilo que se soube pela comunicação social, ou seja, que neste momento uma empresa com 3 anos de história, com alguns avanços e recuos, possa estar a ser posta em causa por um município. Na opinião da senhora Deputada, os outros oito municípios, sendo detentores da maior parte daquilo que será o investimento, merecem respeito acrescido, até porque provavelmente há municípios que neste momento já têm investimentos feitos. Assim, tem que se perceber muito bem o que é que vai acontecer. Terminou dizendo que há nesta matéria uma grande irresponsabilidade que é preciso ser condenada veementemente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, afirmando que nunca foi sua intenção restringir a intervenção da Junta da CULT. O que não queria era que as suas intervenções fossem restringidas pela Junta. Na opinião do senhor Deputado, é seu dever e missão avaliar e analisar o trabalho da Junta, e não o contrário. Prosseguiu dizendo que também não pôs em causa os pareceres jurídicos, que não desvaloriza. Um parecer jurídico é um parecer jurídico. Mas depois também há sempre no nosso País as instituições e órgãos que decidem a sua legalidade. O senhor Deputado disse que o que queria chamar a atenção na sua interpretação era sobre formas de legalidade de determinadas actividades. Quando disse que o documento em apreciação está insuficientemente documentado, tal tinha a ver o facto de se questionar sobre aquilo que iria ou não aprovar. Como por exemplo: Que capital social está em causa? Qual é a percentagem? Sobre o que é? O senhor Deputado frisou que não estava a por em causa a capacidade técnica. No entanto, era fundamental que lhe enviassem documentos devidamente elaborados, porque muitas vezes uma vírgula contribui para mudar o sentido de qualquer actuação ou actividade. Quis deixar claro que não desvalorizava ninguém, que tinha a sua opinião própria e que a dizia, sendo essa a sua função e missão. Na opinião do senhor Deputado, o documento em apreciação está insuficiente. No que toca à

hipótese de retirar ou não o documento da apreciação da Assembleia, já será competência da Junta. É a Junta que tem que avaliar perante a Assembleia se retira ou não. Sobre esse assunto, a opinião do senhor Deputado foi que cada um assumirá as suas responsabilidades. Quando a Junta trouxe à Assembleia este documento seria porque pensou que não haveria motivo para o retirar. Isso seria um problema que já não dizia respeito ao senhor Deputado.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que o senhor Deputado Armindo Bento tinha toda a legitimidade para fazer as intervenções que quisesse. Lembrou que estavam num órgão democrático e felizmente todos poderiam exprimir as opiniões que achassem que deviam exprimir. No entanto, a senhora Presidente quis frisar que tanta legitimidade tem qualquer um dos senhores Deputados para invocar pareceres jurídicos, como os senhores membros da Junta da CULT para invocarem os pareceres jurídicos que decidam pedir e apresentar por ocasião de qualquer ponto da ordem de trabalhos. Terminou lembrando que não se devia restringir nenhum dos elementos da Assembleia, nem a própria Junta. Isso é condição fundamental para que se possa exercer a Democracia que o Poder Democrático e autárquico conferiu há cerca de 30 anos, como foi no início da sessão assinalado e muito bem pela bancada da CDU. É condição fundamental não se restringirem uns aos outros. -----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, lembrando que o senhor Presidente da Junta da CULT disse que o privado entra com três vezes mais do que o valor que estava previsto no caderno de encargos. Mas os membros da Assembleia da CULT não tiveram acesso a nenhum documento a dizer isso, nem foi explicada à Assembleia a razão porque o privado entra com três vezes mais do que estava inicialmente previsto. A senhora deputada disse reconhecer toda a legitimidade que o senhor Presidente da Junta da CULT tem para acordar condições com o privado, mas deveria ter alguma responsabilidade de as divulgar à Assembleia. Enquanto membro da Assembleia da CULT, a senhora Deputada disse não ter conhecimento de

conversações da Presidência da CULT com o privado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que se chama José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, sendo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e da Junta da CULT. Agradeceu à senhora Deputada que não confundisse e frisou que não acordou nada com ninguém. Prosseguiu dizendo que a CULT apenas fez um concurso, sendo que a proposta de um dos concorrentes era três vezes superior àquilo que era o valor base do concurso. Frisou que não queria que ficasse nenhuma confusão no espírito dos membros da Assembleia, nem dos jornalistas presentes sobre esta questão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, lembrando que quando começou a ser questionado o processo Águas do Ribatejo teve oportunidade de enviar a todas as forças políticas cópia do processo, onde estarão esses documentos. Foi enviado o processo que foi instruído desde o início, onde constam todas as condições do concurso e os cadernos de encargos. Essa documentação consta do grande grupo de documentos que os senhores Deputados têm recebido ao longo dos últimos meses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU)**, reforçando a posição assumida pelo senhor Deputado José Luís Cabrita e chamando a atenção para duas questões. Primeiro, para algo que também o senhor Deputado Armindo Bento chamou a atenção, que tinha a ver com o facto desta proposta estar insuficientemente fundamentada em termos de apresentação de documentos, ao contrário da restante documentação fornecida para a presente Assembleia. Lamentou a situação, uma vez que tal retira capacidade para analisar a mesma. Por outro lado, lembrou uma intervenção do senhor Presidente da Junta da CULT, onde fez a referência de que não haveria nenhum inconveniente no facto do documento não ser aprovado até 31 de Dezembro. Na opinião do senhor Deputado, há factos públicos que podem vir a tornar inútil esta aprovação. Daí que a bancada da CDU pensasse que seria

mais indicado adiar a decisão e retirar este ponto da ordem de trabalhos. Deixou aqui uma pergunta relativamente ao Regimento, questionando sobre se a proposta feita pela CDU poderia ser colocada à votação. Pretendeu saber se a Assembleia teria capacidade para que esta proposta fosse retirada da ordem de trabalhos, ou se tal era algo que estava apenas na disponibilidade da Junta, se assim a Junta o entendesse. Se fosse algo que estaria na disponibilidade da Assembleia, alterando naturalmente a ordem de trabalhos, pretendeu saber se se podia votar a retirada do ponto cinco da ordem de trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que não se ganhará nada com a retirada deste documento da votação e com o adiamento. Segundo o Presidente da Junta da CULT, o que interessava naquele momento era se se decidia favoravelmente ou desfavoravelmente o que constava no documento. Se o documento ficasse para aprovação mais tarde, tal não traria nenhum contributo para a decisão que tinha que se tomar. Lembrou que o concurso e uma classificação que foi dada a conhecer a todos os concorrentes, e, na sua opinião, se a empresa Águas do Ribatejo não se vier a constituir, poderá o concorrente seleccionado pedir uma compensação para os prejuízos que uma decisão destas lhe acarreta. Esse pedido será, com certeza, feito à CULT, que é titular do concurso. Mas, de acordo com o senhor Presidente, também é verdade que são os municípios que votarem contra que serão chamados a responder pelas responsabilidades que lhe vierem a ser assacadas. O senhor Presidente considerou que este aspecto não pode ser de todo posto de parte.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que, na sua interpretação, já era a segunda vez que lhe diziam na presente Assembleia que aquilo que consta das actas das reuniões da Junta da CULT não correspondia à realidade. Afinal de contas, segundo o senhor Depurado, a data que já se tinha falado na presente Assembleia não seria impreterivelmente até 23 de Dezembro de 2006. Relativamente ao que constava na acta sobre o senhor Presidente da Câmara de Santarém, o conteúdo também estaria errado.

O senhor Deputado disse não perceber muito bem que tipo de actas têm as reuniões da Junta da CULT. De resto, o senhor Deputado considerou que tudo o que foi dito na presente Assembleia não veio suprir aquilo que, na opinião do senhor Deputado, é uma falha clara do documento em apreciação. Essa falha seria o facto de não constar no documento a relação de capital dos vários intervenientes no processo. Disse entender o facto da proposta passar dos 5 mil Euros para os 15 mil, ou seja, triplicava-se o capital. Mas não entendeu o porquê de se triplicar o capital. Se o capital é triplicado, se o privado apresentou uma proposta três vezes superior, o senhor Deputado disse só poder concluir que tal fosse para mais investimentos. Se assim é, o senhor Deputado quis saber quais são esses investimentos extra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, que disse entender a posição e o incómodo de alguns elementos da CDU de Santarém, perante esta questão. O senhor Deputado lembrou que a CDU de Santarém, rompendo com a solidariedade que os seus colegas de outros municípios lhe mereceriam, aliou-se e colocou-se ao lado do senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém. Portanto, na opinião do senhor Deputado, são obviamente co-responsáveis por qualquer situação que possa vir a surgir, entre elas a hipótese desta empresa não poder concluir-se e avançar. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, ficaram indubitavelmente ligados a um grave problema que vão colocar a toda uma região. Não será só Santarém. Será toda uma região que ficará em causa e, como tal, o senhor Deputado frisou que compreendia perfeitamente o incómodo que essa mesma falta de solidariedade para com os outros municípios estará a causar à CDU de Santarém. Segundo o senhor Deputado, obviamente que Santarém irá ter que pagar as consequências deste acto. Na opinião do senhor Deputado, será bom ficar claro quem é que deve assumir essas mesmas responsabilidades e quem é que deve pagar por eventuais ressarcir de prejuízos que possam advir deste rompimento de criação da empresa Águas do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália**

**Moniz (PS)**, para dar conhecimento que tinha entrado na Mesa um requerimento da bancada do Partido Socialista, dizendo o seguinte: “nos termos e para efeitos consignados no nº 1 do artigo 34º do Regimento, vem requerer o prolongamento do horário da sessão de 22/12/2006 por mais uma hora, para conclusão dos trabalhos”. Submetido o requerimento à votação, o mesmo foi **aprovado por unanimidade**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, recordando ao senhor Deputado Carlos Catalão que a CDU de Santarém não mudou de opinião. A CDU de Santarém sempre manteve ao longo de todo este processo a mesma posição, tanto na Câmara Municipal de Santarém, como na Assembleia Municipal e na Assembleia da CULT. O senhor Deputado afirmou que se alguém ao longo deste processo tem mudado de opinião tem sido o PSD e mesmo alguns elementos do PS. O PSD foi contra na Câmara e na Assembleia Municipal de Santarém. O PSD mudou depois de opinião e foi favor na Câmara e na Assembleia Municipal de Santarém. O PSD, agora, na opinião do senhor Deputado, é contra a constituição da empresa Águas do Ribatejo. O senhor Deputado terminou frisando que a CDU, ao longo de todo este processo, sempre manteve a mesma opinião. Foi contra e continua a ser contra.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, lembrando que a Junta da CULT já tinha referido várias vezes na presente Assembleia a possibilidade do privado poder vir a requerer uma compensação pelo facto da Câmara Municipal de Santarém ter saído das Águas do Ribatejo. a senhora Deputada lembrou que o caderno de encargos que foi posto a concurso e que foi aceite pelos diversos concorrentes previa uma verba assegurada pela CULT de 18 milhões de Euros, que seria para o Fundo de Coesão das águas. De acordo com a senhora Deputada, quando o concurso foi lançado a CULT já sabia que essa verba não existia. Portanto, na opinião da senhora Deputada, se o privado quiser pedir compensações, tem que começar por pedir à CULT. A senhora Deputada adiantou ainda que a falta desse dinheiro viola o caderno de encargos. Portanto, na opinião da senhora Deputada, a selectividade de

opiniões em termos de pedidos de compensações não pode ser feita de uma maneira tão ligeira.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, respondendo ao senhor Deputado José Luís Cabrita e dizendo que é sabido que o PSD é como os cata-ventos, ou seja, de vez em quando muda de opinião e vai ao sabor do vento. Aliás, de acordo com o senhor Deputado, bastava ver as declarações efectuadas no anterior mandato pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ramiro Matos, e ver as suas posições actuais, para se perceber o cata-vento que acontece por ali. O que o senhor Deputado disse ter referido não tinha a ver com isto, mas com a solidariedade dos dois elementos da CDU de Santarém para com os restantes elementos da CDU, na CULT. Teria só a ver com isto e com o incómodo da posição tomada pelos elementos da CDU de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, solicitando que fosse dada de seguida palavra ao senhor Administrador Executivo da CULT. Em seguida, solicitou que fosse distribuída uma informação útil a todos os membros da Assembleia, como complemento da proposta que foi distribuída com a convocatória. Ambas as solicitações foram aceites pela senhora Presidente da Assembleia da CULT. -----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, afirmando que desde o início que na candidatura ao Fundo de Coesão estava previsto que o Fundo de Coesão seria transferido para uma empresa a criar – a empresa Águas do Ribatejo. Uma vez que a empresa não estava constituída, foi a CULT que deu o nome e, portanto, é a dona da obra da candidatura. Tal está escrito na candidatura. Está também escrito na decisão da comissão que quer acompanhar a escolha e a selecção do parceiro privado. A CULT lançou o concurso, já foi historiado, tal como foi público que houve concertações da CULT com o grupo do PSD de Santarém. Assim, fechou-se o caderno de encargos e lançou-se o concurso. Uma das cláusulas que constava do caderno de encargos e que valia 20%, por sugestão do actual Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ramiro Matos, e da senhora Deputada Hélia Félix,

era subscrever mais capital social. O concurso foi lançado, concorreram cinco entidades, uma foi desclassificada e passaram as restantes quatro à fase seguinte. Houve uma proposta que ofereceu cerca de 2 milhões de Euros a mais. Outra ofereceu 4 milhões. O consórcio que ficou em primeiro lugar no concurso ofereceu cerca de 6 milhões de Euros a mais do que estava previsto no estudo de viabilidade inicial. De acordo com a Lei que permite a criação das empresas intermunicipais, e só por esse facto é que a CULT pode constituir esta empresa, os municípios numa empresa de capitais maioritariamente públicos têm sempre que deter 51% do capital. Portanto, se o parceiro privado vai subscrever 9,275 milhões de Euros, a CULT e os respectivos municípios têm que deter 51%, para cumprir a Lei. Logo, se o privado ofereceu três vezes mais em termos de capital social em dinheiro, os municípios terão de acompanhar com capital em espécie. Entretanto, desde o início que também está prevista a participação da CULT com um montante simbólico de 5 mil Euros. Portanto, a CULT e os respectivos municípios têm que acompanhar o parceiro privado e o aumento resultante do caderno de encargos, para o cumprimento da legislação e para deterem 51% da empresa a constituir. No que toca à data de 23 de Dezembro de 2006, já referida na presente Assembleia, o senhor Administrador Executivo referiu que a mesma é a data da aprovação da candidatura em Bruxelas, em 2004. Na decisão da comissão consta a regra que menciona que deverá ser retirado o Fundo de Coesão se até 24 meses depois não se tiverem dado início aos trabalhos. Com todas estas vicissitudes que aconteceram na criação e constituição da empresa Águas do Ribatejo, a Junta da CULT desenvolveu todos os esforços para que não se perdessem os 28 milhões de Euros de Fundo de Coesão para a região. O senhor Administrador Executivo quis lembrar ainda que a região da Lezíria do Tejo só teve Fundo de Coesão duas vezes. Agora, com os 28 milhões de Euros para o saneamento básico da Lezíria, e no passado, para o alargamento da auto-estrada de Vila Franca de Xira para o Carregado. Neste caso tratou-se de um projecto nacional e para o Instituto de Estradas de Portugal. Ou seja, é a primeira vez que esta região tem

Fundo de Coesão, em 20 anos de fundos comunitários. Foi dito e deliberado na CULT desenvolver todos os esforços, dar início aos trabalhos e apresentar despesa. A CULT apresentou 32 mil Euros de projectos técnicos e deu início aos trabalhos com a empreitada de Coruche, que está a decorrer. A data de 23 de Dezembro será para não perder o Fundo de Coesão. E o Fundo de Coesão não está perdido, porque a CULT lançou concursos, deu início às obras e, de acordo com o senhor Administrador Executivo, não é correcto a questão de que todos os municípios têm que dar início às obras até 23 de Dezembro. O que está em causa é dar início às obras que estão no projecto. O senhor Administrador Executivo prosseguiu dizendo que, com a entrada de capital social, quem suportaria a contrapartida nacional que vai dos 21 milhões de Euros para os 41 do Fundo de Coesão, seria o parceiro privado, com a entrada de suprimentos e empréstimos ao banco. A CULT sempre teve uma participação simbólica de 5 mil Euros, porventura até para se fazer representar na Assembleia-Geral da futura empresa e representar todos os municípios. O senhor Administrador Executivo terminou dizendo que deu todas estas explicações aos vereadores de Santarém no anterior mandato.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que ficou a perceber muito mais deste processo no final das explicações efectuadas e através do anexo apresentado na presente Assembleia. Solicitou, no entanto, que lhe fosse explicado porque é que a entidade que ganhou o concurso apresentou uma proposta três vezes superior. O senhor Deputado fez saber que percebeu que a CULT e respectivos municípios têm que acompanhar o privado, mas não percebeu quais são os eventuais investimentos a mais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Santos Coelho (CDU)**, esclarecendo que a proposta da bancada da CDU para a retirada desta votação tinha a ver com o facto de existirem questões que devem ser esclarecidas. O senhor Deputado lembrou que a Câmara de Santarém reprovou o aumento de capital social da empresa Águas do Ribatejo. Portanto, se for reprovado já não vai à Assembleia Municipal. Assim, de acordo com o senhor Deputado, não

haverá qualquer hipótese desta verba ser aumentada. Portanto, o montante dos 51%, que correspondem a 9,653 milhões de Euros, à partida está inviabilizado. Daí a posição da bancada da CDU, de retirar esta proposta da ordem de trabalhos, uma vez que se corre o risco de repetir tudo de novo. De acordo com o senhor Deputado, haverá aqui uma espécie de ficção em relação ao montante, ou seja, no facto dos 51% representarem 9,653 milhões de Euros. Isto porque se se retirar os 3 milhões de Euros da Câmara de Santarém, que não vão aparecer porque a proposta não vai ser aprovada em Assembleia Municipal, já que foi rejeitada em reunião de Câmara, os 51% vão-se transformar noutra percentagem mais baixa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, dizendo que a questão que se coloca em relação a este documento tem a ver com uma questão de responsabilidade política de quem é que vai inviabilizar a constituição da empresa. O senhor Deputado lembrou que o concurso está feito, há disponibilidade da parte do parceiro privado para fazer a empresa e a entidade que não assumir as suas responsabilidades, no futuro poderá ter que responder pelos prejuízos causados pela eventual queda deste projecto. Para além disso, de acordo com o Senhor Deputado, obviamente que a CULT e também a Assembleia da CULT tem responsabilidades perante esta situação, porque a CULT deu o rosto para o projecto, é ela que está a dinamizar os concursos e esses mesmos projectos. O senhor Deputado considerou que, tal como ele, os restantes membros da Assembleia não querem ver nos seus concelhos os dinheiros do Fundo de Coesão perdidos, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém teve outras ideias pessoais. Andou durante mais de um ano a tentar manobras dilatórias e evasivas, e não quis assumir que tinha outros projectos. O senhor Deputado lembrou as declarações efectuadas pelo senhor Presidente da Câmara de Santarém numa reunião de Câmara: “o valor que parceiro privado vai ter que me pagar, se vocês me chatearem, não serão 10 milhões ou 15 milhões, mas 25 milhões”. O senhor Deputado lembrou que o senhor Presidente da Câmara de Santarém

queria construir uma série de coisas. Como isso não foi possível, segundo o senhor Deputado, ele quis acabar com este projecto e arranjou uma série de manobras dilatórias. Portanto, será uma questão política esta Assembleia dizer ou não se quer as Águas do Ribatejo. Isto para que mais tarde a responsabilidade política não seja da CULT, mas sim de quem fez abortar este projecto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, António José Ganhão (CDU)**, lembrando os senhores Deputados que o concurso para as Águas do Ribatejo foi decidido após deliberação de todas as Assembleias Municipais. Não era possível ter-se lançado o concurso sem a aprovação do caderno de encargos, do programa de concurso e das deliberações das Assembleias Municipais. De acordo com o senhor Vice-Presidente, não valia a pena aos membros da Assembleia estarem a discutir questões que já têm decisões que suportam legalmente a abertura deste concurso. O senhor Vice-Presidente explicou que actualmente, em consequência desse concurso e para a constituição da empresa, o que se está a pedir aos municípios é que, para que se realizem os objectivos pretendidos e que são impostos por Lei, se subscreva mais capital social em espécie para se poder atingir o valor dos 51%. A CULT, já anteriormente à Assembleia da CULT, tinha aprovado subscrever o capital social em 5 mil Euros. Segundo o senhor Vice-Presidente, logicamente tem que fazer o acompanhamento agora. O senhor Vice-Presidente disse não entender como é que se estão a por em causa deliberações que já foram tomadas por todos os órgãos autárquicos. O senhor Vice-Presidente prosseguiu dizendo que é óbvio que quem não subscrever o capital social assume responsabilidades políticas relativamente a esta matéria, e não só. Pode ainda assumir outras consequências, não só políticas. O senhor Vice-Presidente continuou a sua intervenção dizendo aos senhores Deputados para não pedir à Junta da CULT que retire esta proposta, que até já foi deliberada por alguns municípios, como Benavente e Coruche. De acordo com o senhor Vice-Presidente, não venham dizer que à Junta que andou

a trabalhar ao contrário dos outros e que o trabalho que fez não é válido e não valeu a pena. Aproveitou para esclarecer uma questão que pode ter gerado alguma confusão. Santarém mostrou-se contra o projecto Águas do Ribatejo, com fundamento numa posição política assumida pelo Partido Comunista Português, portanto também no quadro da CDU, que foi uma opção política assumida em termos nacionais. Isto é, o PCP estava de acordo com a participação dos municípios em sistemas intermunicipais e supramunicipais em alta, e não nos que fossem em alta e em baixa. No que toca à posição tomada em Santarém, de acordo com o senhor Vice-Presidente, foi da responsabilidade dos eleitos de Santarém. Tal não responsabilizava os eleitos de Benavente, até porque estes já tinham votado e fizeram-no favoravelmente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, para responder à questão colocada pelo senhor Deputado João Lopes. Explicou que o capital social que fosse dado a mais pela empresa que ficasse em primeiro lugar no concurso, seria distribuído e investido pelos municípios para investimentos adicionais não previstos no caderno de encargos, na proporção de quem contribuísse mais para as receitas nos primeiros cinco anos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, considerando que a discussão contribuiu para um melhor conhecimento do processo Águas do Ribatejo. De acordo com a senhora Presidente, foi explícito quem é o promotor da candidatura - a CULT, para o bem e para o mal. Também não seria contestável o facto da Assembleia da CULT não ter formalmente qualquer conhecimento sobre eventuais alterações ao processo. Segundo a senhora Presidente, a Assembleia não recebeu qualquer documento que manifestasse a intenção de tomar qualquer decisão de reforço ou de abandono da empresa Águas do Ribatejo. A senhora Presidente solicitou ainda à Junta da CULT que confirmasse se até à hora do início da presente Assembleia tinha recebido da parte de algum dos municípios que integram a CULT qualquer pedido de reformulação do projecto de constituição

da empresa ou qualquer comunicação quanto a uma eventual opção que não passe pela que está em cima da mesa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, afirmando que a Junta da CULT não tinha recebido até à data qualquer documento naquele sentido.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando não haver condições para não votar este ponto da ordem de trabalhos e, como tal, iria submetê-lo à votação.-----

--- Submetido à votação o quinto ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Autorização de Subscrição de Capital Social por parte da CULT na Águas do Ribatejo – EIM, foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 16 (sendo 14 do PS e 2 da CDU)-----

--- Votos contra – 6 (CDU)-----

--- Abstenções – 6 (sendo 5 do PSD e 1 da CDU)-----

-----  
--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que votou contra e que foi a primeira vez que, desde que é eleito na Assembleia da CULT, se sentiu coagido com pressões para que não votasse em consciência. Afirmou que votou em consciência contra o aumento do capital e que o assumia, com a responsabilidade política que esta decisão tem. Disse considerar a Assembleia da CULT um órgão democrático e não era com intervenções a dizer que há que assumir responsabilidades pelas atitudes que se têm que se consegue ter Democracia.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, afirmando que os dois municípios presididos pela CDU que decidiram integrar a empresa Águas do Ribatejo tiveram com certeza as suas razões e os seus fundamentos, que a bancada da CDU respeita, sendo com eles solidários. Mas, de acordo com o senhor Deputado, isso não podia obrigá-lo a abdicar daquilo em que acredita. Por isso votou contra, não apenas por ser uma

subscrição por parte da CULT, mas porque desde o início, por uma questão de princípio, sempre esteve contra a constituição da empresa Águas do Ribatejo. Disse dispensar invocar aqui todas as razões que levaram a esta posição da CDU, porque já nesta Assembleia foram detalhadamente invocadas. Aliás, segundo o senhor Deputado, os factos entretanto ocorridos vieram infelizmente confirmar algumas das razões que em devido tempo a CDU invocou para votar contra a constituição da empresa Águas do Ribatejo. O senhor Deputado terminou dizendo que a CDU não mudou de opinião. Se alguém ao longo deste processo tem tido uma duplicidade de posições terá sido o PSD e pelos vistos agora também alguns elementos do PS.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, reiterando que a Assembleia da CULT é um órgão democrático, onde, com elevação e com respeito, as várias forças políticas têm oportunidade de manifestar a sua opinião. Ainda na opinião da senhora Presidente, nenhum dos senhores Deputados terá sido coagido a votar com determinado sentido de voto.-----

--- Passou-se de seguida ao **sexto ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações para o Ano de 2007**.-----

--- Usou da palavra o **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que esta proposta é o resultado da evolução dos tempos, mas também do crescimento da própria CULT, que vai tendo cada vez mais responsabilidades para satisfazer. No fundo, trata-se de uma proposta para elevação das quotas, que até à presente data se situavam nos 0,75% dos valores transferidos do Orçamento de Estado para os municípios. O objectivo é passar de 0,75% para 0,80%. De acordo com o senhor Presidente, trata-se de um valor relativamente baixo no seu montante global, mas que é necessário para a CULT responder à evolução dos tempos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, dizendo estar perante mais um documento insuficientemente instruído. De acordo com o

senhor Deputado, quando temos que decidir sobre as quotizações que estão previstas na Lei, era bom que soubéssemos o que é que estávamos a decidir. O senhor Deputado disse não saber qual a quotização do ano anterior e queria saber qual é o aumento previsto nas quotizações. Por outro lado, segundo o senhor Deputado, seria bom que nestes documentos houvesse uma nota a dizer que estas verbas têm que estar cabimentadas nos orçamentos das Câmaras Municipais.-----

--- Submetido à votação o sexto ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações para o Ano de 2007**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **sétimo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2007**.----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, colocando em primeiro lugar uma dúvida, dado que mais de 30 milhões de Euros do Orçamento resultam do processo que tem a ver com as Águas do Ribatejo. Se efectivamente houver a saída de dois municípios – Cartaxo e Santarém – quis saber se isso terá algum impacto relativamente ao referido montante e qual esse impacto. Ou se tal não irá ter impacto, dado que a CULT representa as Câmaras nos projectos. Por outro lado, na opinião do senhor Deputado, falta alguma clareza nas contas. Nas rubricas ao nível das receitas, a rubrica “060501 – Continente” aponta o valor de 1 milhão e 32 mil Euros. No que toca à Administração Local, a Assembleia da CULT acabou de aprovar o aumento de quotizações para 527 mil Euros. Assim, o senhor Deputado disse não perceber qual a relação entre um valor e o outro, dado que um é o dobro do outro. Solicitou ser esclarecido quanto a isso. No que toca à verba “070199 – Outros” apresenta um valor de 104,375 Euros, o qual também não disse não saber de onde provinha. De igual forma, disse gostar de ver desagregado, no que toca à Administração Local, na verba “100501” os 11 milhões 988 mil Euros. Gostaria de vê-los mais detalhados, devido ao facto do montante ser muito significativo.

O mesmo acontecia na despesa “04050101 - Municípios” e na “07011002 - Outros”. O senhor Deputado referiu ainda que a Junta da CULT apresenta um orçamento no qual cerca de 80% tem a ver basicamente com três assuntos – Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas, com 38 milhões 172 mil Euros, Sinalização Turística na Lezíria do Tejo, com 940 mil Euros, e a Banda Larga na Lezíria do Tejo, com 1 milhão e 900 mil Euros. Ocupando estas verbas 80% do Orçamento, o senhor Deputado considerou que apresentar apenas três linhas para o caso da sinalização turística e menos de uma página para a explicação dos montantes envolvidos é insuficiente, para que se possa compreender o que é que a Junta se propõe fazer. De referir também que não sendo devidamente esclarecidos, obviamente que, de acordo com o senhor Deputado, não se poderá votar favoravelmente o Orçamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, chamando a atenção para o facto de estarem em discussão três documentos e não só um – o Orçamento, o Plano de Actividades e o Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que de acordo com o quadro legal em vigor, a Assembleia estaria a discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento, que inclui os chamados PPI, Planos Plurianuais de Investimento, e as acções mais relevantes. Foi proposto à Junta um Plano e Orçamento que foi aprovado por unanimidade, onde a CULT estabeleceu uma missão no sentido de executar políticas, planos, projectos, programas e acções que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável da Lezíria, tornando-a numa região mais competitiva e solidária, que é um dos lemas da CULT. Foram definidos cinco objectivos estratégicos para o ano de 2007: o primeiro relativo ao planeamento e gestão estratégica; o segundo relativo à promoção, gestão e acompanhamento dos planos, projectos e acções de investimento na Região; o terceiro sobre a qualificação dos recursos humanos e a promoção da inovação através da utilização das novas tecnologias; o quarto objectivo será promover a articulação institucional com as entidades da Administração Central e com os

organismos, associações e empresas regionais; e o quinto relativo à promoção da articulação entre os Municípios para a obtenção de economias de escala e de eficiência. Para além disso, em cada um dos objectivos estratégicos estão descritos os objectivos específicos. Dentro do planeamento e gestão estratégica consta a Agenda XXI, cujo diagnóstico já foi entregue. Ainda no âmbito da Agenda XXI, em 2007 a CULT irá definir a estratégia de desenvolvimento da Lezíria, bem como o seu plano de investimentos e a sua monitorização. Para isso irão decorrer seminários temáticos. O primeiro terá como tema o Ensino e a Qualificação e realizar-se-á no dia 12 de Janeiro, tendo sido os deputados da Assembleia da CULT convidados a participar, sendo também convidados para os restantes seminários. No que toca aos estudos de prioridade de investimento da Lezíria do Tejo para o QREN, no fundo o objectivo será definir quais os projectos e eixos estratégicos que a CULT vai apresentar, com vista a, no período entre 2007 e 2013, poder contratualizar com a CCDR Alentejo, à semelhança do que é feito no actual Quadro Comunitário de Apoio. Com base nas recomendações da anterior Assembleia da CULT, o senhor Administrador Executivo explicou que propôs à Junta da CULT discriminar todos os objectivos específicos, nomeadamente na questão da contratualização, como a análise de pareceres técnicos de candidatura, análise de pedidos de pagamento, pedidos de reembolso à CCDR, elaborações de relatórios de execução, divulgação e promoção, encerramento da gestão contratualizada, etc. No que diz respeito à sinalização turística, o senhor Administrador Executivo informou que a CULT encontra-se neste momento a recolher informação junto dos municípios que tinham apresentado uma candidatura ao PICTUR, Programa de intervenções para a qualificação do Turismo. O senhor Administrador Executivo referiu ainda que esteve reunido com o senhor Engenheiro António Marques, Gestor do Programa Valtejo, no Instituto do Turismo, no sentido de apresentar uma candidatura dos onze municípios da CULT com vista à sinalização turística da Lezíria do Tejo. A CULT está a reunir informação para depois formular a candidatura. O senhor

Administrador Executivo explicou que o montante que está previsto em Orçamento até poderá ter que ser reforçado ou reduzido, de acordo com as conversações que forem efectuadas. O montante foi feito com base nos montantes que estavam previstos para os municípios que tinham apresentado a sua candidatura ao PICTUR e que não mereceu análise na altura por parte do Instituto do Turismo. Relativamente à Rede de Banda Larga da Lezíria do Tejo, a CULT apresentou a candidatura à CCDR-LVT e o senhor Presidente da CCDR confirmou que em Janeiro ou Fevereiro a proposta iria a reunião para ser aprovada. A candidatura prevê a ligação entre os diversos edifícios dos municípios da CULT, de forma a reduzir custos com as telecomunicações. No que toca à verba inscrita relativamente às Águas do Ribatejo, tem a ver com o que consta da candidatura e que é resultado das comissões de acompanhamento ao Fundo de Coesão. A candidatura dos sistemas de saneamento da Lezíria do Tejo ainda está em nome da CULT, até que se constitua a empresa que vai gerir os sistemas de saneamento e abastecimento dos nove municípios. Portanto, quando a CULT tem previstos uma série de investimentos na candidatura, tem que os ter inscritos em Orçamento, para que os mesmos possam ser visados em termos de Tribunal de Contas e para depois, quando se procederem aos pedidos de pagamento ao Fundo de Coesão, essa verificação seja feita também pela comissão do Fundo de Coesão. No que toca aos grandes projectos e objectivos específicos da CULT, de acordo com o senhor Administrador Executivo, o texto está bastante específico. Mas ficou à disposição dos senhores Deputados para qualquer esclarecimento. Quanto ao Orçamento, enquanto a empresa Águas do Ribatejo não estiver constituída, terão que ser os municípios a suportar a contrapartida nacional dos investimentos que a CULT faça em termos de sistemas de saneamento em alta. Isto porque seria a empresa que iria suportar essa contrapartida nacional. A empresa não existe, a CULT vive fundamentalmente das receitas e das quotizações dos municípios e os montantes elevados que surgem em termos de transferências correntes e de capital da parte dos

municípios têm a ver com alguns factores, como por exemplo: a rede de banda larga vai ser aprovada em Janeiro de 2007, vai ter uma comparticipação de 65 a 70%. Logo há necessidade de assegurar a contrapartida nacional. De acordo com o investimento que for realizado em cada um dos municípios, é proposto um protocolo com os respectivos municípios, que vai às reuniões dos Executivos, de forma a que, à medida que as despesas forem feitas, os municípios vão assegurando e transferindo para a Comunidade Urbana a respectiva contrapartida nacional. Ainda no Orçamento, na parte das receitas, a inspecção dos elevadores surge com 30 mil Euros. É a CULT que faz a gestão de todo o processo administrativo para as inspecções e re-inspecções de monta-cargas e elevadores. A rubrica “060305”, com 418 mil Euros, tem a ver com verbas do Orçamento de Estado relativas ao Ribatejo Digital e ainda com uma transferência relativa aos Espaços Internet. No que toca aos 740 mil Euros, dizem respeito ao FEDER associado aos projectos que serão apoiados. Na rubrica “060501 – Continente”, com 1.032,100 Euros, à medida que os projectos forem apoiados, os municípios vão transferir através de protocolos as contrapartidas nacionais. Na rubrica “0701- Venda de Bens” constam 100 mil Euros para processos de concursos que a CULT está constantemente a lançar no âmbito do projecto das Águas do Ribatejo. A CULT tem ainda que fechar a contratualização do QCA III, sendo a verba prevista 9 milhões e 700 mil Euros. No que toca aos 28.970,000 Euros, têm a ver com a candidatura ao Fundo de Coesão. Ao nível das despesas, no que toca aos 71 mil Euros nas Comunicações, lembrou que já explicou a situação anteriormente, sendo que a CULT tem uma VPN e uma linha de 4 megas para poder ter a funcionar o Portal Ribatejo Digital, o site da CULT e os sites dos municípios. É isso que custa 4 mil Euros por mês. O senhor Administrador Executivo lembrou ainda que este é um Orçamento de transição de um Quadro Comunitário para outro, em que muitos colaboradores da CULT estavam a ser co-financiados no âmbito do Ribatejo Digital e as comunicações estavam a ser comparticipadas. Para o ano de 2007 tem que ser a CULT a assegurar na íntegra tudo isto, para ter em

funcionamento o serviço que a CULT está a disponibilizar através do Ribatejo Digital e de todos os sites dos municípios da CULT. Alguns deles estavam alojados noutros sítios e pagavam. Neste momento pagam através das suas quotizações, sem qualquer acréscimo. No que toca aos Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria, constam 533 mil Euros, que têm a ver com a Agenda XXI, com a assessoria que a CULT tem para preparar o plano de acção, para poder contratualizar com a CCDR-Alentejo, com os estudos e promoção dos vinhos, com os projectos técnicos do ciclodique desde a Ribeira de Santarém até Alfange, de Alfange até Valada e de Valada até à Praia do Tejo em Azambuja. Os 84 mil Euros relativos a publicidade dizem respeito à candidatura da promoção dos vinhos, onde a CULT pretende fazer publicidade e promover os vinhos e a região. Nos Outros Serviços surgem 115 mil Euros, sendo que 35 mil têm a ver com os vinhos e 70 mil com o pagamento aos formadores que dão acções de formação na CULT. No que diz respeito às verbas que estão consignadas para despesas com privados, a CULT tem, no âmbito do Ribatejo Digital, dois protocolos estabelecidos com dois jornais regionais, jornais esses que saíam em papel semanalmente e que através da candidatura ao Ribatejo Digital passaram a ser também diários online. Para isso fizeram despesas. A CULT remete para o POS\_Conhecimento os documentos de despesa, o POSC manda à CULT o respectivo FEDER e a CULT transfere para essas entidades as verbas. As verbas que a CULT transfere para os municípios são despesas suportadas no âmbito do Ribatejo Digital, em que o procedimento é semelhante. Os 940 mil Euros têm a ver com a sinalização turística da Lezíria. Os 9 milhões e 700 mil Euros são relativos ao QCA. Os 15 mil e 100 Euros são a verba para subscrever o Capital Social. Terminou dizendo que estaria disponível para mais esclarecimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Mota (PS)**, aproveitando a oportunidade para manifestar o seu agrado pela maneira como os documentos foram apresentados à Assembleia da CULT. Referiu entretanto o facto das despesas de capital serem superiores às receitas de capital, sendo no entanto a

diferença de 0,62%. As receitas correntes darão perfeitamente para fazer a cobertura, o que é legal. Lembrando ainda a proposta de alteração do Regimento, congratulou-se pelo facto de constatar que os custos da Assembleia estavam em sede de Orçamento e estão mesmo. Por tudo isto, quis deixar uma palavra de apreço aos técnicos que elaboraram os documentos, dizendo que iria votar favoravelmente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Luís Cabrita (CDU)**, afirmando que da leitura que a bancada da CDU fez da proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano constatou que em relação ao ano anterior não se registava uma grande evolução. Disse compreender que, sendo a Junta a mesma, naturalmente que tem um objectivo, um programa e que pretende prosseguir-lo de forma a que ele seja coerente de ano para ano. Ainda assim, na opinião da bancada da CDU, a proposta agora apresentada deveria ser um pouco mais arrojada, no sentido de procurar contemplar os trabalhos que necessariamente será preciso efectuar com vista a um bom aproveitamento por parte da CULT e dos municípios que a integram do Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013. O senhor Deputado explicou que a bancada da CDU não vislumbrou, apesar de algumas referências a tal, propostas concretas e objectivas no sentido de tal acontecer. Por outro lado, o senhor Deputado disse existir uma questão que levantava sérias dúvidas, que tinha a ver com a pretensão de submeter à apreciação do programa Valtejo uma candidatura para a promoção dos vinhos do Ribatejo. Na opinião do senhor Deputado, o programa Valtejo integra-se no III Quadro Comunitário de Apoio que termina em Dezembro. Mas está-se a prever apresentar em 2007 uma candidatura a um programa que não existirá. O senhor Deputado terminou dizendo que gostaria de ser esclarecido em relação a isto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, congratulando-se pela apresentação dos documentos em apreciação e considerando que são documentos ambiciosos, que espelham as prioridades dos municípios que integram a Comunidade Urbana e também revelam alguma preocupação em

definir as prioridades de investimento da Lezíria, de acordo com o QREN 2007-2013. Na opinião do senhor Deputado, estes documentos ajudam a que os municípios tenham tempo de perceber quais são as grandes linhas mestras do plano estratégico para toda a região, de forma a que possam depois, por sua vez, apresentar à Comunidade Urbana os seus projectos para candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário. De acordo com o senhor Deputado, seria realmente colocar o carro à frente dos bois se se colocassem já em apreciação planos que ainda não é possível neste momento apresentar por parte dos municípios, para 2007-2013. Em relação aos vinhos do Ribatejo, o senhor Deputado disse considerar esta aposta na promoção de um cluster da nossa região muito interessante. Segundo o senhor Deputado, se esta proposta surge aqui, é porque haverá garantias que as verbas não terminam neste Quadro Comunitário e que estes projectos serão candidatados e validados no QREN 2007-2013.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que, no que toca aos programas operacionais regionais, de acordo com informações que a CULT dispõe, eles serão presentes à Comissão em Março de 2007. o senhor Administrador Executivo explicou que neste momento, os três programas temáticos – Valorização Territorial, Potencial Humano e Qualificação do Território – ainda não estão fechados em termos nacionais. Só em Março de 2007 é que se terá um desenho mais ou menos delineado dos futuros programas operacionais regionais e suas elegibilidades. Contudo, em termos de planeamento e gestão estratégica, a CULT está a elaborar a Agenda XXI para definir uma estratégia nesse sentido, com debates temáticos e seminários a realizar em todos os municípios. Por outro lado, a CULT tem também uma prestação de serviços para elaborar os eixos estratégicos e os projectos, para a CULT poder contratualizar com a CCDR. No que diz respeito às candidaturas ao Valtejo, o Estado Português pode aprovar projectos até dia 31 de Dezembro de 2008. No entanto, na comissão de avaliação e de acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio existem

propostas variadas em termos de programas. Uns pretendem terminar em meados de 2007, outros em 31 de Dezembro de 2007. Assim, a CULT está a aguardar as disposições, mesmo em termos de contratualização, para saber quando é que terminam as aprovações. A CULT pretende que as aprovações ocorram até ao primeiro trimestre de 2007. A CCDR poderá aprovar projectos até à data que for definida pela comissão de avaliação, desde que haja verba disponível e que esteja cabimentada. O senhor Administrador Executivo informou que, desde que os programas tenham ainda verbas disponíveis, poderá haver aprovações em 2007 e até, se o Estado Português assim o entender, em 2008.-----

--- Submetido à votação o sétimo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2007, foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 15 (PS)-----

--- Abstenções – 15 (PSD e CDU)-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **oitavo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Alteração do Regulamento Interno da CULT**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, explicando que, aquando da constituição da Comunidade Urbana, transitou-se o regulamento interno e o organigrama da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para a CULT. Ambos foram efectuados ainda no tempo na Associação de Municípios e face ao desenvolvimento de projectos da Comunidade Urbana e ao crescimento que teve, não só em termos de volume de investimento mas também de pessoal, foi proposto à Junta da CULT uma alteração do Regulamento Interno, o que comparativamente ao anterior significa fundamentalmente o seguinte. Onde existia uma secção administrativa ou financeira propõe-se a criação de uma divisão administrativa ou financeira. Onde existia já uma divisão de planeamento, projectos e desenvolvimento

propõe-se uma divisão de planeamento e gestão estratégica. A parte da divisão administrativa ou financeira terá sobretudo a ver com os serviços financeiros, que englobarão a contabilidade, o património, o aprovisionamento e a tesouraria; os serviços administrativos ou jurídicos, com a área administrativa, área jurídica e a área da comunicação; o serviço de recursos humanos, com a gestão do pessoal, a formação profissional dos funcionários da CULT e a higiene, segurança e medicina no trabalho para os funcionários e colaboradores. Para além disto, existirá um serviço de informática que não existia e a CULT investiu bastante em termos de Ribatejo Digital e Espaços Internet. Na divisão de planeamento e gestão estratégica propõe-se dois tipos de serviços: o serviço de planeamento, desenvolvimento e cooperação e um serviço de inovação e modernização. O serviço de planeamento, desenvolvimento e cooperação consiste em realizar estudos, programas e projectos que visem o desenvolvimento económico, social e cultural e o desenvolvimento integrado e sustentável da Lezíria do Tejo. Para além disso, neste serviço ficará também incluída a componente de promoção e articulação de todos os municípios, nomeadamente a parte que tem a ver com os concursos e todos os processos de obtenção de economias de escala, eficiência e eficácia. Isto para além da componente da contratualização que a CULT continuará a fazer, bem como a parte de apoio, verificações físicas ou obras, ou de segurança em obra que a CULT também desenvolve. O serviço de inovação e modernização será o serviço onde constará o desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica da Lezíria do Tejo, a manutenção do projecto Ribatejo Digital, a parte de simplificação de processos, da modernização, na aposta da certificação e no apoio aos municípios da certificação de alguns dos seus serviços, quer de obras particulares, quer de taxas e licenças. Tal envolve também a modernização administrativa e a componente de formação.-----

--- Submetido à votação o oitavo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Alteração do Regulamento Interno

da CULT, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **nono ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato Individual de Trabalho da CULT**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que, de acordo com a Lei das novas Comunidades Urbanas, as contratações só podem ser efectuadas no âmbito do regime do contrato individual de trabalho ou com requisições feitas aos municípios associados e às Associações de Municípios da área envolvente. A propósito deste quadro individual de trabalho, o mesmo tem previstos 29 lugares, vai “casar” com o quadro público que já existe, com 14, dos quais seis estão ocupados. Portanto, de acordo com o senhor Administrador Executivo, este quadro irá responder a algumas necessidades que a CULT tem. Este quadro resulta também das trocas de opiniões que os senhores Presidentes tiveram e posteriormente propuseram para o quadro.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Madeira Lopes (CDU)**, começando por fazer referência à preferência que o Governo tem tido, no sentido de alargar cada vez mais o regime de contrato individual de trabalho a funções eminentemente públicas e organismos com funções eminentemente públicas. De seguida, pretendeu saber se foram escutados, relativamente ao ponto nove e também aos pontos dez e onze, os representantes dos trabalhadores. Se assim foi, o senhor Deputado solicitou o acesso aos pareceres que foram entregues relativamente a estas propostas. Isto porque, fez saber, existe uma norma em termos gerais de que os trabalhadores têm direito a pronunciar-se sobre a alteração de normativos que dizem respeito aos seus direitos. De acordo com o senhor Deputado, seria importante ter essa informação e contar com esse contributo, no que diz respeito a direitos laborais dos trabalhadores. Relativamente à escolha do sistema integrado de avaliação

para a administração pública, o chamado SIADAP, o senhor Deputado disse ter dúvidas se esse será o melhor sistema a adaptar neste caso, para estes trabalhadores serem contratados no regime de contrato individual de trabalho. Na opinião do senhor Deputado, seria possível e preferível trabalhar um regime de avaliação distinto e autónomo que se adaptasse a estes profissionais. Por outro lado, no que diz respeito à formação profissional, segundo o senhor Deputado, seria positivo que a CULT assumisse um pouco mais as suas responsabilidades no que toca não só a crédito horário que esses trabalhadores deveriam ter para formação, como inclusive dar apoio material a essa mesma formação. O senhor Deputado terminou dizendo que este regulamento poderia ser aperfeiçoado, mas dado o adiantado da hora não se iria alargar mais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que a alteração do regulamento interno da CULT foi partilhada e efectuada por todos os trabalhadores e colaboradores da CULT, com contributos e sugestões. No que toca às estruturais sindicais, não foram consultadas. No entanto, de acordo com o senhor Administrador Executivo, se houvessem propostas que viessem no sentido de melhorar as condições dos colegas de trabalho, seriam todas aceites e bem vindas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Madeira Lopes (CDU)**, dizendo que quando se introduzem normas novas, neste caso no que diz respeito aos trabalhadores da CULT, designadamente trabalhadores que venham a ser admitidos pela CULT, parecia ao senhor Deputado que seria importante, antes de avançar para essa regulação, ter pareceres dos representantes dos trabalhadores, nomeadamente estruturas sindicais. Esses, melhor do que ninguém, terão um olhar clínico, mais apurado, capaz de alertar para situações menos claras, soluções menos realizáveis ou menos positivas. Tudo isto para se realizar um regulamento interno mais perfeito. O senhor Deputado lembrou que é a isso que corresponde um direito, até do ponto de vista constitucional. Os trabalhadores têm que ser ouvidos antes de serem aprovadas estas legislações.-----

-- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, fazendo referência a um quadro de direito público da CULT, aprovado ainda no tempo da Associação de Municípios. Solicitou que o informassem em que Diário da República foi publicado este quadro e da existência de uma versão mais actualizada publicada. Lembrou também que antigamente era obrigatória a publicação destes quadros de pessoal em Diário da República. Actualmente, com os contratos individuais de trabalho, quis ver esclarecido se também é obrigatória a publicação do mesmo aumentado ou um complementar. Caso tivesse publicação em Diário da República, solicitou uma cópia da mesma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, explicando que o quadro individual de trabalho ainda não está ocupado. Mas foi feito em conjunto pelos actuais trabalhadores e colaboradores, tendo a verificação de que cumpre a legislação. No que diz respeito à solicitação do senhor Deputado João Lopes, o senhor Administrador Executivo disse que a informação será fornecida. Adiantou que os actuais quadros também têm que ser publicados em Diário da República, após votação na Assembleia da CULT. -

-----  
--- Submetido à votação o nono ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato Individual de Trabalho da CULT, foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 28 -----

--- Abstenções – 1 (CDU)-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Pedro Osório (CDU)**, dizendo que se absteve devido ao adiantado da hora. O senhor Deputado considerou que se estavam a discutir três pontos importantes para o futuro dos trabalhadores da CULT, sejam os actuais, sejam os vindouros. Por isso, carecia da parte deste órgão uma maior discussão e uma maior disponibilidade para os tratar. Também se absteve por considerar que o sindicato que representa os trabalhadores devia ser ouvido.-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **décimo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CULT.**-----

--- Não havendo pedidos de intervenção, passou-se de seguida à votação o décimo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CULT, tendo sido **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 29 -----

--- Abstenções – 1 (CDU)-----

-----  
--- Passou-se de seguida ao **décimo primeiro ponto da Ordem do Dia – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CULT.**-

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo que o presente regulamento cumpre o Decreto-Lei 259/98, de 18 de Agosto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, pretendendo saber se o referido Decreto-Lei era o que justificava as 35 horas semanais de trabalho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, para responder afirmativamente ao senhor Deputado.-----

-----  
----- Submetido à votação o décimo primeiro ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT de Criação de um Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CULT, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália**

**Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, agradecendo aos senhores deputados e à Junta da CULT, bem como a todos os presentes, a disponibilidade de todos. Aproveitou para desejar também a todos um Bom Natal e um bom ano de 2007, com muita saúde e muitos sucessos pessoais e profissionais, e com votos de que em 2007 se possa realizar na Assembleia da CULT um trabalho profícuo, a bem do desenvolvimento dos municípios da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, desejando também a todos os presentes um Feliz Natal e um bom Ano de 2007. Estendeu os votos aos funcionários da CULT, para que todos tenham um ano feliz e um bom Natal.-----

--- Não se verificando a existência de intervenções por parte do público presente, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Clara Cristina Simões Lopes, \_\_\_\_\_ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_